|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **PREGÃO ELETRÔNICO**  **PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90.029 - 029/2025** | | |
| **OBJETO** | O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO COM COBERTURA TOTAL ENVOLVENDO (COLISÃO, INCÊNCIO E ROUBO), BEM COMO COBERTURA A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS E 7 DIAS POR SEMANA,** para suprir as necessidades da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. | |
|  |  | |
| **SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO CERTAME** | | |
|  | | |
| **DATA: 04/06/2025** | | **HORÁRIO: 10:00** |
| **DATA DO INÍCIO DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 21/05/2025 ÀS 10:00h** | | **DATA DO FIM DE RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 04/06/2025 ÀS 10:00h** |
| A participação neste Pregão Eletrônico ocorrerá exclusivamente por meio do sistema eletrônico e digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta inicial de preços, a partir da data da liberação do Edital até o horário da abertura da sessão pública. | | |
|  | | |
| **ENDEREÇO ELETRÔNICO** | **ATENÇÃO**  Os **DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO** devem ser anexados **EXCLUSIVAMENTE** no [Portal de Compras do Governo Federal](https://www.gov.br/compras/pt-br) ([https://www.gov.br/compras/pt-br](http://www.comprasnet.gov.br/)). | |
|  |  | |
| **CONTATO DO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO** | Secretaria Municipal de Suprimentos  Endereço: Rua Maria Lourenço, nº 18 – Faz. Caxias  E-mail:suprimento.seropédica@gmail.com | |
|  |  | |
| **CRITÉRIO DE**  **JULGAMENTO** | **MENOR PREÇO GLOBAL** | |
|  |  | |
| **MODO DE DISPUTA** | **ABERTO** | |

|  |
| --- |
| **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO**  **PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 90.029-029/2025** |

|  |
| --- |
| 1. **DO PREÂMBULO** |

* 1. - O MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA, por meio do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS***,* torna público que, na forma do disposto no processo administrativo n.º **3320/2025**, realizará, no dia 04 de junho de 2025, às 10:00 horas, licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, **PARA REGISTRO DE PREÇOS**, nos termos da **Lei n.º 14.133/2021, das Leis Complementares Federais n.º 123/2006 e n.º 101/2000, da Lei n.º 8.078/1990, Lei Municipal n.º 681/21 e Decreto Municipal nº. 2518/24,** assim como as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
  2. – A licitação será processada exclusivamente por meio eletrônico, disponibilizado e processado no endereço eletrônico [https://www.gov.br/compras/pt-br](http://www.comprasnet.gov.br/), regulamentado pelo **Decreto Federal n.º 10.024/19**, ao qual as licitantes interessadas se submetem, devendo providenciar o seu credenciamento junto ao referido sistema, no sítio antes indicado, para obtenção da chave de identificação e da senha antes da data determinada para a realização do Pregão Eletrônico.
  3. – As retificações deste Edital obrigarão todas as licitantes e serão divulgadas através dos mesmos veículos de divulgação inicialmente adotados.
  4. – A licitação objeto do presente Edital poderá ser adiada ou revogada por razões de interesse público, sem que caiba às licitantes qualquer direito a reclamação ou indenização por estes motivos, de acordo com o art. 71, inciso II e §2º, da Lei n.º 14.133/2021.
  5. – As licitantes interessadas poderão obter o presente Edital e seus anexos no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e, alternativamente, no sítio eletrônico do Município de Seropédica, na aba “Transparência”- consulta a editais.
  6. – Os interessados poderão solicitar esclarecimentos acerca do objeto deste Edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no seguinte correio eletrônico: suprimento.seropédica@gmail.com .
  7. – O Pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos, no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado do recebimento do pedido de esclarecimento, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Projeto Básico/ Termo de Referência, do Edital e dos anexos. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes, bem como a Administração.
  8. – Os interessados poderão formular impugnações ao Edital até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, no seguinte correio eletrônico: suprimento.seropedica@gmail.com.

1.8.1 – Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de 3 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação.

1.8.2 – O Pregoeiro poderá solicitar esclarecimentos complementares aos responsáveis pela elaboração do Termo de Referência, do Edital e de seus anexos e a resposta será divulgada no Portal de Compras do Governo Federal (), bem como encaminhada aos impugnante por meio do correio eletrônico mencionado para o recebimento da impugnação.

* 1. – A licitação não prosseguirá nos atos ulteriores até que sejam prestados os esclarecimentos ou respondidas as impugnações existentes. Oferecida a resposta da Administração, a sessão de recebimento das propostas será realizada na data e horário indicados no item 1.1., salvo quando houver designação expressa de outra data pelo Pregoeiro a ser divulgada pelos mesmos meios de divulgação do Edital.
  2. – Caberá às licitantes acompanhar as publicações do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>) e no endereço eletrônico do Município de Seropédica, na aba “transparência”- consulta a editais, não cabendo qualquer tipo de alegação acerca do desconhecimento sobre qualquer alteração efetuada neste Edital.

|  |
| --- |
| 1. **DO OBJETO** |

2.1 – O objeto da presente licitação é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO COM COBERTURA TOTAL ENVOLVENDO (COLISÃO, INCÊNCIO E ROUBO), BEM COMO COBERTURA A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS E 7 DIAS POR SEMANA,** conforme especificado no Edital e/ou do Termo de Referência.

2.2 – É vedada a subcontratação, cessão ou transferência parcial ou total do objeto desta licitação.

|  |
| --- |
| 1. **DAS ESPECIFICAÇÕES** |

3.1. – As aquisições oriundas deste certame deverá atender às especificações contidas no Termo de Referência, sendo de integral responsabilidade do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , no que diz respeito às especificações, informações técnicas, uso, quantidade, qualidade e implantação/instalação quando for o caso, bem como quaisquer outras características que sejam indispensáveis ao cumprimento do contrato a ser firmado com a Administração Municipal.

|  |
| --- |
| 1. **DA VIGÊNCIA** |

4.1 – A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados da assinatura.

4.2 – O prazo de vigência da contratação poderá ser prorrogado ou alterado nos termos do

art. 84 da Lei n.º 14.133/2021.

4.3 – A entrega do(s) bem(ns) objeto do presente Edital deverá ocorrer no prazo e nas condições previstas no Termo de Referência ou em documento próprio de autorização de fornecimento a ser expedido pelo setor competente do(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** .

4.4 – As licitantes ficam obrigadas a manter a validade da proposta por 60 (sessenta) dias, contados da data da realização da licitação.

4.5 – Decorrido o prazo consignado no item 4.4 sem que tenha havido a convocação, pela Administração, para a assinatura da Ata de Registro de Preços, as licitantes ficarão liberadas dos compromissos assumidos.

4.6 – A vigência das Atas de Registro de preços será de 12 (doze) meses contados da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

* + 1. – O prazo de vigência das Atas de Registro de Preços poderá ser prorrogado por até 1 (um) ano, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços após pesquisa de mercado renovar os quantitativos registrados, desde que respeitados os quantitativos originários.

4.6.2 – Nas hipóteses do subitem 4.6.1, o ato de prorrogação deverá indicar o novo prazo de vigência das Atas de Registro de Preços e o quantitativo renovado.

|  |
| --- |
| 1. **DO VALOR ESTIMADO** |

5.1. – O valor total estimado pela Administração, obtido por meio de pesquisa de mercado, para o objeto deste certame é de **R$ 563.415,80 (quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e quinze reais e oitenta centavos).**

5.2 – Adota-se como critério de aceitabilidade de preços o do **MENOR PREÇO,** desclassificando-se as propostas cujos preços não excedam os estimados pela Administração.

|  |
| --- |
| 1. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS** |

6.1 – A despesa decorrente desta licitação correrá à conta do orçamento do exercício de 2025, compromissada por conta da Dotação Orçamentária existente no:

**Programa de Trabalho:**

* 12.0109.2808.12.361.024.3.3.90.30.05 - FONTE:15001001;

|  |
| --- |
| 1. **DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO** |

7.1 – Para a participação nesta licitação é necessário que o interessado esteja credenciado junto ao Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras – ICP - Brasil.

7.2 – Para participação no Pregão Eletrônico, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

7.2.1 – A falsidade da declaração de que trata o item acima sujeitará a licitante às sanções legalmente previstas.

7.2.2 – A licitante enquadrada como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar n.º 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133/2021.

7.3 – A participação no certame está condicionada, ainda, a que o interessado, ao acessar inicialmente o ambiente eletrônico de contratações, declare, nos campos próprios, que inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação no certame ou de sua contratação, que conhece e aceita o regulamento do sistema de compras eletrônicas relativo ao Pregão Eletrônico e que se responsabiliza pela origem e procedência dos serviços que cotar.

7.4 – A licitante responde integralmente por todos os atos praticados no Pregão Eletrônico por seus representantes devidamente credenciados, assim como pela utilização da senha de acesso ao sistema, ainda que indevidamente, inclusive por pessoa não credenciada como sua representante.

7.5 – Cada representante credenciado poderá representar apenas uma licitante, em cada Pregão Eletrônico.

7.6 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

7.7 Não serão admitidas nesta licitação:

(a) licitantes suspensas do direito de licitar no prazo e nas condições do impedimento;

(b) licitantes declaradas inidôneas pela Administração Direta ou Indireta;

(c) as empresas e/ou de seu sócio majoritário que tenham sido apenados com proibição de contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 12, da Lei Federal n.º 8.429/92;

(d)  licitantes que mantenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do Edital de licitação;

(e) licitantes controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da [Lei n.º 6.404/1976,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6404consol.htm) concorrendo entre si;

(f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

(g) licitantes que tenham participado da elaboração do (s) projeto(s) relacionado(s) ao objeto desta licitação, bem como aquelas cujo quadro técnico seja integrado por profissional que tenha atuado como autor ou colaborador do Termo de Referência;

7.8 – Não será permitida a participação de sociedades cooperativas em razão da natureza do objeto do presente certame.

7.9 – Será admitida a participação em consórcio, nos seguintes termos:

(a) as empresas consorciadas apresentarão instrumento público ou particular de compromisso de constituição de consórcio, subscrito por todas elas, indicando a empresa líder, que será responsável principal, perante o(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS**, pelos atos praticados pelo Consórcio, sem prejuízo da responsabilidade solidária estabelecida na alínea (d). Por meio do referido instrumento a empresa líder terá poderes para requerer, transigir, receber e dar quitação;

(b) apresentação conjunta, mas individualizada, da documentação relativa à habilitação jurídica, à qualificação técnica, à qualificação econômico–financeira, à regularidade fiscal e à regularidade trabalhista. As consorciadas poderão somar seus quantitativos técnicos e econômico–financeiros, estes últimos na proporção da respectiva participação no Consórcio, para o fim de atingir os limites fixados neste Edital relativamente à qualificação técnica e econômico–financeira. Não será admitida, contudo, a soma de índices de liquidez e endividamento, para fins de qualificação econômico–financeira;

(c) as empresas consorciadas não poderão participar da licitação isoladamente, nem por intermédio de mais de um consórcio;

(d) as empresas consorciadas responderão solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase da licitação quanto na da execução do Contrato;

(e) O consórcio vencedor, quando for o caso, ficará obrigado a promover a sua constituição e registro antes da celebração do Contrato.

7.11 – Licitante estrangeira sem atuação no País deverá apresentar documentos equivalentes, visando à habilitação, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo Federal.

7.12 – Licitante estrangeira que concorrer isoladamente ou como líder de consórcio deverá informar endereço de representante em território brasileiro, com poderes para receber intimação e citação, bem como endereço eletrônico para comunicações.

7.13 – Nos termos do art. 82, VIII, da Lei n.º 14.133/2021, é vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma Ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de Ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

|  |
| --- |
| 1. **DO CREDENCIAMENTO** |

8.1 – O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema do Portal de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br).

8.1.1 – O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilização legal da licitante e do seu representante legal, além da presunção de sua capacidade técnica para realizar transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

8.1.2 – É de exclusiva responsabilidade da licitante a utilização da senha de acesso, inclusive qualquer transação efetuada diretamente ou por representante, não sendo cabível ao Provedor do Sistema ou ao(à) **SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS**, promotora da presente licitação, quaisquer responsabilidades por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

8.1.3 – A perda da senha ou a quebra do sigilo deverão ser comunicadas imediatamente pela licitante ao provedor do sistema para imediato bloqueio do acesso.

|  |
| --- |
| 1. **DO RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS E DA PROPOSTA COMERCIAL** |

9.1 – Após a divulgação do Edital no sítio eletrônico, as licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.

9.1.1 – As propostas de preço serão ofertadas com base no **MENOR PREÇO GLOBAL**do objeto licitado, devendo fazer constar, além do valor unitário e total ou desconto, a marca e o fabricante do bem ofertado.

9.1.2 – A licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

9.1.3 – As licitantes poderão retirar ou substituir suas propostas até a abertura da sessão pública da presente licitação, no dia e horário previstos no item 1.

9.1.4 – A etapa de recebimento de propostas será encerrada com a abertura da sessão pública, sendo seguida da fase de lances e da fase de julgamento.

9.1.5 – A proposta da licitante melhor classificada somente será disponibilizada para avaliação do Pregoeiro e para acesso público apenas após o encerramento do envio de lances.

9.1.6 – Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

9.1.7 – O envio da proposta vinculará a licitante ao cumprimento de todas as condições e obrigações inerentes ao certame.

9.2 – Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro procederá à negociação das propostas em observância a ordem de classificação.

9.3 – Finalizada a negociação, o Pregoeiro examinará a proposta da licitante mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço em relação ao valor estimado, a sua exequibilidade e à adequação do objeto. Sendo a análise positiva, solicitará a apresentação da proposta realinhada e, quando for o caso, planilha de custos e formação de preços, além dos anexos e documentos de habilitação previstos neste Edital, que deverão ser anexados em arquivo único compactado ao sistema no prazo de 02 (duas) horas, conforme art. 38, § 2º, do Decreto n.º 10.024/2019, contados da convocação.

9.4 – O prazo estabelecido no item anterior poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante antes do findo o prazo.

9.5 – O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em Ata e acessível as licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de classificação.

9.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 9.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

9.6 – No preço proposto serão computadas todas as despesas para a prestação do serviço ou entrega dos bens, incluindo a totalidade dos custos diretos e indiretos do objeto da presente licitação, constituindo obrigação da Contratada, bem como todos os tributos, encargos fiscais e comerciais decorrentes da execução do contrato, inclusive seguros, e outras despesas relacionadas ao objeto da licitação e quaisquer despesas extras e necessárias não especificadas neste Edital, mas julgadas essenciais ao cumprimento do objeto desta licitação.

9.7 – As propostas de preços apresentadas por cooperativas de trabalho ou por contribuintes individuais deverão incluir os valores devidos a título de contribuição previdenciária.

9.7.1 – O valor total da proposta, acrescido dos valores devidos, na forma do item anterior, será considerado apenas para efeito de comparação com o valor das propostas apresentadas pelas demais licitantes, no momento do seu julgamento.

9.8 – Nenhuma reivindicação para pagamento adicional será considerada se decorrer de erro ou má interpretação do objeto licitado ou deste Edital. Considerar-se-á que os preços propostos são completos e suficientes para pagar todos os serviços.

9.9 – As licitantes arcarão com todos os custos relativos à apresentação das suas propostas. O(A) **SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS**, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação ou os seus resultados.

9.9 – Incumbirá, ainda, à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

9.10 – A licitante que se enquadre como microempresa ou empresa de pequeno porte e que queira usufruir do tratamento privilegiado assegurado pela Lei Complementar Federal n.º 123/2006, deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos previstos no referido diploma legal, especialmente no seu artigo 3º, sob as penas da lei, em especial do art. 299, do Código Penal.

9.10.1 – A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123/2006.

9.10.2 – A declaração falsa de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte implicará a sua inabilitação quando a falsidade for constatada no curso do certame, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

|  |
| --- |
| 1. **DA ABERTURA DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES E DIREITO DE PREFERÊNCIA** |

10.1 – A partir do horário previsto no Edital, a sessão pública na internet será automaticamente aberta pelo sistema.

10.2 – As licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

10.3 – O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e as licitantes.

10.4 – Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pela licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

10.5 – Para a etapa de lances neste Pregão Eletrônico será adotado o modo de disputa **ABERTO.**

10.6 – Aberta a etapa de lances, as licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do recebimento do seu lance e do valor consignado no registro, sendo vedada a identificação da licitante.

10.6.1 – Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar, conforme art. 30, § 4º , do Decreto n.º 10.024/2019.

10.6.2 – Caso a licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

10.7 – A licitante somente poderá ofertar preços inferiores ao último por ela registrado no sistema, observado o intervalo mínimo de 1% (um)entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

10.8 – As licitantes, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível, poderão, uma única vez e no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, excluir seu último lance ofertado.

10.9 – As licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos.

10.9.1– A etapa de lances da sessão pública durará 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

10.9.2 –  A prorrogação automática da etapa de envio de lances, de que trata o subitem anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

10.9.3 – Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente com a ordenação e divulgação da ordem final de classificação pelo sistema.

10.9.4 – Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

10.9.5 – Após o referido reinício, as licitantes serão convocadas para apresentar lances intermediários.

10.10 – Finalizados os prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente de valores.

10.10.1 – Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, sendo considerada mais bem classificada a licitante que, ao final da etapa de lances do Pregão Eletrônico, tenha apresentado lance(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item da estimativa orçamentária.

10.10.2 – Caso não venham a ser ofertados lances, será considerada vencedora a licitante que, ao final da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, tenha apresentado proposta(s) cujo(s) valor(es) seja(m) igual(is) ou inferior(es) ao(s) previsto(s) para cada item da estimativa orçamentária.

10.11 – Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, regulamentada pelo Decreto n.º 8.538/15.

10.11.1 – Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

10.11.2 – A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto, sob pena de preclusão.

10.11.3 – Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte convocada apresente proposta de preço inferior, esta será considerada a melhor oferta.

10.11.4 – Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

10.11.5 – No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.11.6 – Somente haverá aplicação do disposto no item 10.11 quando a proposta originalmente mais bem classificada do certame não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

10.12. – Em caso de empate entre propostas ou lances, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, previstos no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021, nesta ordem:

(a) disputa final, hipótese em que as licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

(b) avaliação do desempenho contratual prévio das licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

(c) desenvolvimento pela licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

(d) desenvolvimento pela licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.12.2 – Persistindo o empate, nos termos do § 1º, da Lei n.º 14.133/2021, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

(a) empresas estabelecidas no território do Estado do Rio de Janeiro;

(b) empresas brasileiras;

(c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

(d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187/09.

10.13 – Definido o resultado do julgamento, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado, ainda que seu lance final permaneça acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação

10.13.1 – A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

10.13.2 – A negociação será conduzida pelo Pregoeiro por meio do chat disponibilizado pelo sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes, devendo seu resultado ser divulgado a todos e anexado aos autos do processo licitatório.

10.14 – Encerrada a fase de negociação, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

|  |
| --- |
| 1. **DA CONEXÃO COM O SISTEMA ELETRÔNICO** |

11.1 – As licitantes, como responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumem como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

11.2 – Caso o sistema utilizado para realização do Pregão Eletrônico fique inacessível por problemas operacionais, exclusivamente do próprio sistema, com a desconexão de todos os participantes no decorrer da etapa competitiva do certame, o procedimento licitatório será suspenso e somente será retomado após a comunicação aos participantes no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

11.2.1 – Incumbirá às licitantes acompanhar as operações no sistema durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas por meio do sistema ou em virtude de sua desconexão.

11.3 – A desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances não prejudica o seu transcurso. Caso o sistema eletrônico permaneça acessível às licitantes para o oferecimento de lances, estes continuarão a ser recebidos, retornando o Pregoeiro, quando possível, à sua atuação na etapa de lances, sem prejuízo dos atos realizados.

11.3.1 – Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação do fato aos participantes, no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

|  |
| --- |
| 1. **DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS** |

12 – Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro deverá se manifestar sobre a aceitação da proposta ou do lance de menor valor, concedendo prazo de 02 (duas) horas, conforme art. 38, §2º, do Decreto n.º 10.024/2019), contado sua solicitação, para correção de documentos enviados anteriormente que apresentam erros e falhas ou para acréscimo de documentos ausentes identificados pela Equipe de Apoio, além dos documentos complementares conforme o item 9.3.

12.1 – É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pela licitante, antes do findo o prazo, hipótese em que a prorrogação se aplicará às licitantes porventura subsequentes.

12.2 – Serão desclassificadas as propostas que:

(a) contiverem vícios insanáveis;

(b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no Edital;

(c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;

(d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

(e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do Edital, desde que insanável.

12.2.1 – Nas hipóteses em que se configurarem preços inexequíveis, o Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, por meio de diligência, poderão averiguar se a oferta da licitante é viável, dando-lhe a oportunidade de comprovar, documentalmente, serem os custos dos insumos coerentes com os de mercado e os coeficientes de produtividade compatíveis com a execução do objeto licitado.

12.3 – Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

12.4 – O Pregoeiro poderá exigir a apresentação de amostra(s), hipótese em que a licitante provisoriamente vencedora deverá, sob pena de não aceitação da proposta, apresentá-la(s) conforme disciplinado no Termo de Referência.

12.4.1 – O local e horário de realização do procedimento para a avaliação da(s) amostra(s), bem como o resultado das avaliações, será divulgado por meio do chat, sendo facultada a presença dos interessados na oportunidade.

12.4.2 – A proposta da licitante será recusada se:

(a) não houver a entrega da(s) amostra(s);

(b) ocorrer atraso na entrega da(s) amostra(s), sem justificativa aceita pelo Pregoeiro;

(c) houver entrega de amostra(s) fora das especificações previstas no Termo de Referência ou no Edital.

12.4.3 – Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta subsequente, procedendo à verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até que uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

12.5 - Eventuais erros no preenchimento da Planilha da Formação de Preços e demais anexos exigidos pelo Edital não conduzirão à desclassificação da proposta, devendo o Pregoeiro, contatado o equívoco, conceder prazo razoável para ajuste pela licitante, não sendo admitida, contudo, majoração do preço.

12.6 – Encerradas as negociações e considerada aceitável a oferta de menor valor, passará o Pregoeiro ao julgamento da habilitação observando as seguintes diretrizes:

(a) O Pregoeiro deverá efetuar consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, de modo a não admitir a permanência, no certame, de licitante declarada suspensa de participar em licitações, impedida de contratar com a Administração ou declarada inidônea;

(b) A licitante deverá remeter sua documentação complementar de habilitação em arquivo digital único compactado, nos termos do item 9.3, por meio do Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>);

(b.1) Caso a documentação não atenda aos requisitos estabelecidos no item 13 deste Edital, deverá o Pregoeiro verificar a possibilidade de suprir ou sanear eventuais omissões ou falhas mediante consultas efetuadas por outros meios eletrônicos que julgar adequados, hipótese em que a diligência deverá ser registrada na Ata da sessão pública, com posterior anexação dos documentos obtidos aos autos do processo administrativo, salvo impossibilidade devidamente certificada e justificada; e/ou

(d) O Pregoeiro poderá suspender a sessão pública pelo prazo que fixar para a realização de diligências com vistas ao saneamento que trata o item 9.5. A sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

12.7 – A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos equipamentos ou meios eletrônicos de consulta no momento da verificação a que se refere a alínea “b”. Na hipótese de ocorrer essa indisponibilidade, a licitante será inabilitada, mediante decisão motivada.

12.8 – Constatado o cumprimento dos requisitos e condições estabelecidos no Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12.9 – Caso a melhor proposta seja desclassificada, conforme previsões dos itens 12.2 e 12.4.2, ou na hipótese de a licitante melhor colocada ser inabilitada, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes na ordem de classificação, negociando com o seu autor, decidindo sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificando as condições de habilitação até constatar uma oferta aceitável cujo autor atenda aos requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

12.10 – Na hipótese de desclassificação de todas as propostas, o Pregoeiro poderá fixar às licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, corrigida das causas de sua desclassificação.

12.11 – O sistema gerará Ata circunstanciada dos atos e ocorrências da sessão, disponível para consulta pública no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>).

12.12 – Somente haverá a necessidade de apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

12.13 – Após a verificação de regularidade dos atos praticados pelo Pregoeiro, a autoridade competente adjudicará os itens do certame à licitante vencedora, homologando seu resultado.

|  |
| --- |
| 1. **DA HABILITAÇÃO** |

13.1 – O julgamento da habilitação se processará na forma prevista no item 12.6 deste Edital, mediante o exame dos documentos a seguir relacionados, os quais dizem respeito à:

(A) Documentação relativa à habilitação jurídica;

(B) Documentação relativa à habilitação econômico–financeira;

(C) Documentação relativa à habilitação fiscal;

(D) Documentação relativa à habilitação social e trabalhista;

(E) Documentação relativa à qualificação técnica.

13.1.1 – Além dos documentos de habilitação previstos as alíneas (A) à (E), as licitantes deverão enviar a proposta realinhada ao seu melhor lance, contendo, ainda, a descrição do objeto, o valor unitário e total, a indicação de marca e do fabricante de cada um dos itens.

13.1.2 – Nos termos do art. 70, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021, as empresas estrangeiras que não funcionem no País deverão apresentar documentos equivalentes, na forma de regulamento emitido pelo Poder Executivo federal.

13.2 – Não serão aceitos como documentação hábil a suprir exigências deste Edital pedidos de inscrição, protocolos, cartas ou qualquer outro documento que visem a substituir os exigidos, exceto nos casos admitidos pela legislação.

13.3 – Quando os documentos de habilitação apresentados não consignarem seu prazo de validade e tampouco seja estabelecido prazo em legislação específica, deverão ter sido emitidos há, no máximo, 90 (noventa) dias, contados até a data da realização da licitação.

13.4 – A documentação exigida para atender as alíneas (A) à (E) **NÃO** poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, desde que os documentos tenham cumprido todas as exigências previstas abaixo e estejam dentro do prazo de validade.

13.5 – O Pregoeiro poderá, no julgamento das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, mediante decisão fundamentada, registrada em Ata e acessível aas licitantes, e lhe atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação.

13.5.1 – Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o item 9.5, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

**(A) – HABILITAÇÃO JURÍDICA**

(A.1) Registro comercial, no caso de empresário individual;

(A.2) Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

(A.3) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício.

(A.3.a) A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

(A.4) A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente.

(A.5) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

(A.6) Na hipótese de existir alteração nos documentos citados acima posteriormente à constituição da sociedade, os referidos documentos deverão ser apresentados de forma consolidada, contendo todas as cláusulas em vigor.

(A.7) Declaração formal de que atende às disposições do art. 9º, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021, na forma do Anexo **VI**.

**(B) – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA**

(B.1) A licitante deverá apresentar Cópia do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

(B.1.1) A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

**ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

**LG = –––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––**

**PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

**ATIVO TOTAL**

**SG = –––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––**

**PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

**ATIVO CIRCULANTE**

**LC = ––––––––––––––––––––––––**

**PASSIVO CIRCULANTE**

(B.1.2) Relativamente a quaisquer dos índices, as licitantes deverão apresentar resultado igual ou superior a 1,0 (um).

(B.1.3) As licitantes deverão apresentar os índices já calculados, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base nos balanços apresentados.

(B.1.4) Entende-se por “apresentados na forma da Lei”:

(a) Em se tratando de empresa constituída na forma de Sociedade Anônima, a licitante deverá apresentar a publicação do balanço em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei n.º 6.404/1976, ressalvada a hipótese prevista no art. 294 daquela legislação, que faculta a apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME n.° 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

(b) Em se tratando de empresas constituídas na forma de outros tipos societários, as demonstrações contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado;

(c) Na hipótese de ser utilizada a Escrituração Contábil Digital – ECD, o balanço patrimonial deve estar autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

(B.1.5) Quando se tratar de de sociedade constituída a menos de 1 (um) ano, a licitante deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

(B.1.6) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item (B.1) limitar–se–ão ao último exercício.

(B.1.7) A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

(B.1.8) As empresas com tempo de existência inferior a 01 (um) ano, deverão apresentar declaração do Patrimônio Inicial, firmada por profissional habilitado junto ao CRC – RJ.

(B.1.9) As licitantes enquadradas como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, optantes pelo Simples Nacional, **não** estão dispensadas da apresentação do balanço patrimonial e suas demonstrações contábeis, por se tratar de **aquisição com entrega parcelada**, portanto, não será aceita a substituição pela declaração de informação socioeconômico e fiscal (DEFIS).

(B.2) Será exigido do consórcia licitante um acréscimo de 20% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico–financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei n.º 14.133/2021.

(B.3) Certidões Negativas de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial ou Certidão de Insolvência Civil expedidas pelo(s) distribuidor(es) da sede da licitante ou de seu principal estabelecimento. As certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordatas.

(B.4) A licitante deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei n.º 14.133/2021 e do Anexo **VII**.

**(C) REGULARIDADE FISCAL**

(C.1) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF.

(C.2) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação.

(C.3) Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(C.3.a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria–Geral da Fazenda Nacional –PGFN, da sede da licitante;

(C.3.b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

(C.3.c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e/ou certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

(C.4) Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

(C.5) As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

(C.5.a) Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

(C.5.b) O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

(C.5.c) A não regular

sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**(D) – HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA**

(D.1) Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, ou Declaração firmada pela licitante, na forma do Anexo **IX**, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no art. 68, VI, da Lei n.º 14.133/2021.

(D.2) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

(D.3) Declaração de Reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, na forma do art. 63, IV, da Lei n.º 14.133/2021 e do Anexo **VIII**.

**(E) – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

(E.1) Prova de registro da licitante na entidade de fiscalização profissional competente, **se couber**.

(E.2) Prova de aptidão da empresa licitante para desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, conforme definido no item 10 do Termo de Referência, por meio de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados, **quando for o caso**, perante o órgão técnico competente.

(E.3) Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

(E.4) Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

(E.5) Os atestados ou certidões recebidos estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos no art. 169, § 3º, II, da Lei n.º 14.133/2021, e do art. 337–F do Código Penal.

|  |
| --- |
| 1. **DOS RECURSOS** |

14.1 – Divulgada a vencedora, o Pregoeiro informará às licitantes, por meio de mensagem lançada no sistema, que poderão manifestar a intenção de interpor recurso no prazo estabelecido na sessão pública.

14.2 – A falta de manifestação da licitante importará a decadência do direito de recurso.

14.3 – As licitantes que manifestarem o interesse em recorrer terão o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, sendo facultado às demais licitantes a oportunidade de apresentar contrarrazões no mesmo prazo, contado a partir do dia do término do prazo da recorrente, sendo–lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

14.4 – A apresentação das razões e das contrarrazões dos recursos deverá ser realizada, única e exclusivamente, em campo próprio do sistema eletrônico, observados os prazos estabelecidos no item anterior.

14.5 – A não apresentação das razões escritas mencionadas acima acarretará, como consequência, a análise do recurso pela síntese das razões apresentadas na sessão pública.

14.6 – Os recursos serão dirigidos ao Pregoeiro, que poderá reconsiderar seu ato no prazo de 3 (três) dias úteis, ou então, neste mesmo prazo, encaminhar o recurso, devidamente instruído, à autoridade superior, que proferirá a decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento.

14.7 – O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

|  |
| --- |
| 1. **DA ATA DE REGISTRO DOS PREÇOS** |

15.1 – Incumbirá à autoridade competente a adjudicação do objeto da licitação, bem como a homologação do certame, após a verificação da regularidade dos atos praticados pelo Pregoeiro e decididos os recursos eventualmente interpostos.

15.2 – A Adjudicatária será convocada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data da convocação mediante prévia notificação via meio eletrônico e/ou publicação no Diário Oficial, para assinar a Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo **III**.

15.2.1 - O prazo assinalado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que solicitado por escrito durante seu transcurso e que haja motivo justificado e aceito pela Administração, sob pena de decair do direito, sem prejuízo das sanções descritas neste edital.

15.2.2 – Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens objeto de adjudicação, devendo constar expressamente a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, os preços registrados e demais condições.

15.3 – A vigência das Atas de Registro de preços será de 12 (doze) meses contados da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

15.4 – A Ata de Registro de Preços deverá ser assinada pelo(a) **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS** e pelo representante legal da Adjudicatária, devidamente acompanhado do contrato social ou procuração e cédula de identidade.

15.4.1 – Se a Adjudicatária recusar-se a assinar a Ata de Registro de Preços, as licitantes remanescentes do cadastro de reserva poderão ser chamadas, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira colocada.

15.5 – A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas. No entanto, a Administração não está obrigada a contratar, sendo-lhe facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

15.5.1 – Caso o preço/desconto obtido no novo certame seja igual ao registrado, será assegurada às empresas beneficiárias da Ata a preferência na contratação.

15.6 – As empresas que tiverem seus preços registrados se obrigam a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste Edital.

15.7 – O fornecimento deverá ser formalizado, pela Administração, por meio de ordem de fornecimento ou documento equivalente.

15.8 – Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública de quaisquer dos entes que não participaram do certame poderão aderir à Ata de registro de preços, observados os seguintes requisitos:

(a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

(b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021; e

(c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora, que dependerá de prévia averiguação quanto à ausência de prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento, e da beneficiária da Ata.

15.9 – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

15.10 – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

15.11 – Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

15.12 - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

|  |
| --- |
| 1. **DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA** |

16.1 – Nos termos do art. 82, §5º, VI, da Lei n.º 14.133/2021, constará como anexo da Ata de Registro de Preços:

(a) listagem das licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços em preços iguais aos da licitante vencedora; e

(b) inclusão da licitante que mantiver sua proposta original.

16.2 – O registro a que se refere o subitem anterior tem por objetivo a formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pela beneficiária da Ata.

16.3 –  Para fins da ordem de classificação, as licitantes de que trata a alínea “a” do subitem 16.1 antecederão aquelas de que trata a alínea “b” do referido subitem.

16.4 – A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se referem os subitens 16.1 e 16.2 será efetuada quando houver necessidade de contratação das licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

(a) quando a licitante vencedora não assinar a Ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

(b) quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

|  |
| --- |
| 1. **DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO CANCELAMENTO DA ATA** |

17.1 – Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

(a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do disposto na a[línea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021;](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm#art124iid)

(b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

(c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na [Lei n.º 14.133/2021.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm)

17.2 – Na hipótese de o preço registrado demonstrar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora deverá convocar a beneficiária da Ata para negociar a redução do preço registrado.

17.2.1 – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, a fornecedora será liberada do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

17.2.2 – Na hipótese prevista no subitem 17.2.1, o gerenciador convocará as fornecedoras do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no subitem 17.4.1, ‘c’.

17.2.3 – Se não obtiver êxito nas negociações, o gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

17.2.4 – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

17.3 – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e a fornecedora não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado à fornecedora requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

17.3.1 – Para fins do disposto no item 17.3, a fornecedora encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

17.3.2 - Na hipótese de comprovação do disposto no item 17.3, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado

17.3.3 – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e a fornecedora deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na [Lei n.º 14.133/2021](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm), e na legislação aplicável.

17.3.4 – Adotadas as providências do itens 17.2 e 17.3 sem sucesso, o gerenciador deverá, para o item em apreço, proceder ao cancelamento do preço registrado na Ata.

17.3.5 – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador quando:

(a) do cancelamento de todos os preços registrados;

(b) da ocorrência devidamente comprovada de fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução das obrigações previstas na Ata;

(c) houver razões de interesse público devidamente justificadas e formalizadas em processo administrativo;

(d) da alteração substancial nas condições de mercado.

17.4 – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

17.4.1 – Por iniciativa da Administração, após abertura de processo no qual se assegure o contraditório e ampla defesa, quando:

(a) a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

(b) ocorrer inexecução total ou parcial do contrato;

(c) a empresa beneficiária do registro for liberada, nos termos do subitem 17.2.1;

(d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

(e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

(f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;

(g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

17.4.2 – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, quando comprovar a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

17.5 – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados as licitantes constantes do cadastro de reserva, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora e comprovado o atendimento aos requisitos de habilitação dispostos no item 13 deste Edital.

|  |
| --- |
| 1. **DA CONTRATAÇÃO** |

18.2 – As relações entre o(a) licitante e a beneficiária da Ata será disciplinada pelo Contrato, cuja minuta constitui o Anexo **IV** deste Edital.

18.3 – A beneficiária da Ata será convocada, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, para assinatura do contrato ou para retirada de instrumento equivalente, ciente de que deverá comparecer no endereço informado, podendo, na impossibilidade de comparecimento do seu representante legal, enviar mandatário munido da respectiva procuração, por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, e da via original do documento de identidade e do cartão do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF do outorgado, conferindo–lhe poderes específicos para a assinatura de contrato administrativo ou para a retirada de instrumento equivalente.

18.3.1 – O prazo acima poderá ser prorrogado desde que o pedido formal, tempestivo e justificado, apresentado pela Adjudicatária, seja aceito pela Administração.

18.3.2 – Nos termos do § 4º do art. 25 da Lei n.º 14.133/2021, em se tratando de contratação de grande vulto, a beneficiária da Ata deverá comprovar a implantação de programa de integridade, no prazo de 6 (seis) meses, contado da celebração do contrato, na forma.

18.4 – Deixando a beneficiária da Ata de assinar o Contrato ou de retirar o instrumento equivalente no prazo assinalado, poderá o órgão gerenciador convocar as licitantes que constem do cadastro de reserva.

Caso tenha sido admitida a possibilidade de a licitante oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, deve ser acrescida a seguinte redação:

18.4.1 – Exaurida a capacidade de fornecimento da beneficiária da Ata que formulou oferta parcial, poderão ser contratados os demais licitantes constantes do cadastro de reserva, até o limite do quantitativo registrado, desde que sejam compatíveis com o preço vigente no mercado, o que deverá ser comprovado nos autos.

18.5 – A beneficiária da Ata deverá comprovar, no momento da assinatura do Contrato ou da retirada do instrumento equivalente, a manutenção das condições demonstradas para habilitação no Edital.

18.6 – A Contratada será responsável, na forma do Contrato, pela qualidade dos bens que são objeto desta licitação, em conformidade com as especificações do Termo de Referência, com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pelo(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , responsável pela fiscalização da execução do contrato.

18.6.1 – A ocorrência de desconformidade implicará a substituição dos materiais recusados, por não atender às especificações contidas no Termo de Referência que integra este Edital, sem ônus para o(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

18.7 – A Contratada será também responsável, na forma do Contrato, por todos os ônus, encargos e obrigações comerciais, tributárias, previdenciárias e trabalhistas, por todas as despesas decorrentes de eventuais trabalhos noturnos, e por todos os danos e prejuízos que, a qualquer título, causar a terceiros, em especial, mas não limitado, aos concessionários de serviços públicos, em virtude da execução do objeto contratado, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores.

18.8 – O ato de recebimento do objeto da licitação não implica a sua aceitação definitiva e não eximirá a Contratada de sua responsabilidade no que concerne à qualidade dos bens fornecidos, comprometendo–se a atender às solicitações da fiscalização em até 48 (quarenta e oito) horas/dias.

18.9 – A Fiscalização da execução do objeto contratado caberá à (ao) **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , responsável pela fiscalização do contrato.

|  |
| --- |
| 1. **DO RECEBIMENTO DO OBJETO** |

19.1 - O(s) bem(ns) objeto do certame deverá(ão) ser entregue(s) no local, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente Edital na forma do Anexo **I**.

19.2 - O(s) bem(ns) objeto do certame será(ão) recebido(s):

(a) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências do Termo de Referência, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data da entrega; e

(b) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências do Termo de Referência.

19.1.1 - Nos casos de aquisição de equipamentos de grande vulto, o recebimento far-se-á mediante termo circunstanciado e, nos demais, mediante termo de recebimento provisório.

19.3 – A Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, o(s) bem(ns) que estiver(em) em discrepância com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, lavrando termo circunstanciado no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.

19.3.1 – Os bens que não atenderem às especificações deverão ser substituídos pelo contratado no prazo máximo estipulado no Termo de Referência. Nos casos omissos, o prazo será de 02 (dois) dias úteis a contar da notificação, podendo ser prorrogado por igual período a critério da Administração Pública, sob pena de aplicação das sanções previstas no Edital e seus anexos.

19.4 – O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

|  |
| --- |
| 1. **DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO** |

20.1 – O pagamento à Contratada será realizado em razão do efetivo fornecimento dos bens adquiridos. O(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ,** está desobrigado(a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula primeira não tenha sido regularmente entregue e aceito, devendo o Contratante comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, quando houver glosa parcial do objeto.

20.2 – O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

20.2.1 – Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.3 – Os pagamentos serão efetuados à Contratadaapós a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63, da Lei n.º 4.320/64, observado o disposto nos arts. 140 e 141, da Lei n.º 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do documento de cobrança.

20.3.1 – Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

20.3.2 – No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à Contratada para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

20.3.3 – A Contratada deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança toda a documentação mencionada no art. 68, da Lei n.º 14.133/2021, e demais documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

20.4 – No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos à Contratada serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização.

20.5 – O Contratante efetuará, quando do pagamento, as retenções tributárias nos percentuais previstos na legislação vigente e aplicável ao objeto da contratação.

20.6 – A Contratada que comprovar, por meio da apresentação de documento oficial, ser optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime especial.

|  |
| --- |
| 1. **DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES** |

21.1 – Pelas condutas previstas no art. 155, da Lei n.º 14.133/2021, as licitantes e Contratantes, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, sofrerão as seguintes sanções, previstas no art. 156 da mencionada legislação:

(a) **Advertência**, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do *caput* do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art155i), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(b) **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos IV a VI do *caput* do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art155ii) quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

(c) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art155viii), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos IV a VI do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

(d) **Multa**, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art155) da Lei n.º 14.133/2021, será fixada entre 0,5% (meio por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato.

21.2 – A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.3 – Todas as sanções previstas no subitem 22.1 poderão ser apostas cumulativamente com a multa, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral. No entanto, quaisquer delas somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados de sua notificação.

21.4 – As multas deverão ser recolhidas administrativamente passando a contar a partir do prazo da ciência da aplicação da penalidade.

21.5 – A recusa injustificada da Adjudicatária em assinar o contrato ou a Ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação.

21.6 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à licitante, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.7 – Nos termos do art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021, a aplicação de penalidade deverá observar a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

21.8 – Da penalidade aplicada, a licitante poderá apresentar:

(a) **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da intimação da aplicação das penalidades de advertência, multa e/ou impedimento de licitar e contratar;

(b) **Pedido de Reconsideração** no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.9 – A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

21.10 – A Administração deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

21.11 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no art. 163, da Lei n.º 14.133/2021.

|  |
| --- |
| 1. **DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO** |

22.1 - Os Fiscais do Contrato deverão ser formalmente designados pela autoridade competente da Pasta por meio de Portaria, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a celebração do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

22.1.1 – O ato de designação deverá conter o nome completo dos Fiscais, sua identificação funcional, telefone e e-mail de contato, descrição resumida do objeto, bem como o número do contrato e do processo administrativo que originou a contratação.

22.1.2 – Incumbem aos Fiscais do Contrato, dentre outras atribuições:

(a) exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

(b) notificar a Contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

(c) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

(d) dar início a processo de apuração de infração contratual e aplicação de penalidade.

22.1.3 - A não designação de Fiscais do Contrato importará na responsabilidade da autoridade competente da Pasta.

22.2 - As solicitações cuja análise ultrapasse a competência dos Fiscais do Contrato deverão ser encaminhadas por estes à autoridade administrativa a quem incumbe a ciência e a adoção das medidas necessárias.

22.3 – A(s) Contratada(s) deverá(ão) aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

22.4 – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da(s) Contratada(s), no que concerne ao objeto contratado, às implicações próximas e remotas perante o Município de Seropédica ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da(s) execução(ões) contratual(is) em causa não implicará(ão) em corresponsabilidade do Município de Seropédica ou de seus prepostos, devendo, ainda, a(s) Contratada(s), sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato, ao Município de Seropédica, dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

|  |
| --- |
| 1. **DO FORO** |

23.1 – Fica estabelecido o Foro da cidade de Seropédica para dirimir dúvidas e litígios decorrentes do presente Edital, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

|  |
| --- |
| 1. **DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E ANEXOS** |

24.1 – Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.2 – As referências de horário correspondem ao horário oficial de Brasília – DF.

24.3 – Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro.

24.4 – Fazem parte integrante deste Edital:

**Anexo I**: Termo de Referência

**Anexo II**: Modelo de Proposta

**Anexo III**: Minuta de Ata de Registro de Preços

**Anexo IV**: Minuta de Contrato

**Anexo V**: Declaração de Inexistência de Nepotismo

**Anexo VI**: Declaração relativa ao art. 9º, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021

**Anexo VII**: Declaração para fins de habilitação econômico–financeira, do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021

**Anexo VIII**: Declaração de cumprimento de reserva de cargos do art. 63, IV, da Lei n.º 14.133/2021

**Anexo IX**: Declaração relativa ao art. 68, VI, da Lei n.º 14.133/2021

Seropédica, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Edilaine Graciano F.A. Evangelista

Secretária Municipal de Suprimentos

Mat. 290433447

**ANEXO I**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

1. **OBJETO DA CONTRATAÇÃO**
   1. Contratação de **EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO COM COBERTURA TOTAL, COM COBERTURA COMPREENSIVA (COLISÃO, INCÊNCIO E ROUBO), BEM COMO COBERTURA A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS, COM ASSISTÊNCIA 24 (VINTE E QUATRO) HORAS, 7 (SETE) DIAS POR SEMANA** pertecentes à frota desta instituição tendo coberturas destinadas a 40 (quarenta) veículos, que irão atender as Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Secretaria Municipalo de Educação de Seropédica.

**2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

* 1. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.
  2. Os quantitativos de itens a serem contratados estão discriminados na tabela abaixo, conforme solicitado através do Estudo Técnico 034/2025, da Secretaria Municipal de Educação (ANEXO I):

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| CÓDIGO | DESCRIÇÃO | QUANTIDADE DE VEÍCULOS |
| 30127 | SEGURO COM COBERTURA TOTAL, COM COBERTURA COMPREENSIVA (COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO), BEM COMO COBERTURA A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS, 7 (SETE) DIAS POR SEMANAS | 40 |

* 1. O contrato terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

1. **FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**
   1. A fundamentação da necessidade da contratação pretendida, inclusive dos quantitativos estabelecidos no item 2.2, encontra-se detalhada em item específico dos Estudos Técnicos Preliminares, na forma do artigo 6º, inciso XXIII, alínea ‘c’, da Lei nº 14.133, de 2021.
2. **DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO:**
   1. A descrição da solução como um todo encontra-se detalhada no Estudos Técnicos Preliminares, na forma do artigo 18º, §1º, VII, da Lei nº 14.133, de 2021;
3. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO:**
   1. É vedada a subcontratação do objeto contratual.
4. **MODELO DE EXECUÇÃO DO SERVIÇO:**
   1. Tabela da cobertura mínima e da franquia:

|  |  |
| --- | --- |
| **EVENTO** | **COBERTURA MÍNIMA** |
| Colisão, incêndio, roubo e furto: parciais e totais | 100% valor da tabela FIPE |
| Responsabilidade civil por danos materiais | R$100.000,00 |
| Acidentes pessoais por passageiros (mortes) | R$ 10.000,00 |
| Acidentes pessoais por passageiros (invalidez total ou parcial) | R$ 10.000,00 |
| Danos aos vidros | Troca e/ou reparo do para brisas e dos vidros laterais e traseiros. |
| Danos corporais a terceiros | R$ 100.000,00 |
| Danos morais | R$ 20.000,00 |
| Franquia | Normal |
| Assistência 24 hs | conforme item 13 do Estudo Técnico Preliminar |

6.2 A cobertura compreenderá mais detalhadamente: Roubo ou furto total, assim como os danos causados por tentativas de roubo ou furto; Colisão com veículos, pessoas ou animais, abalroamento e capotamento envolvendo direta ou indiretamente o veículo coberto; Incêndio ou explosão, inclusive os causados por atos danosos praticados de forma isolada e eventual por terceiros; Queda em precipícios ou pontes; Queda de agentes externos sobre os veículos; Submersão total ou parcial proveniente de enchentes ou inundações, inclusive quando guardados em subsolos; Cobertura de vidros, retrovisores, lentes e faróis; Acidente envolvendo o veículo coberto com outros veículos dentro de suas dependências; Acessórios não referentes a som ou imagem, exceto os originais de fábrica; Danos causados durante o tempo em que, como consequência de roubo ou furto, estiver em poder de terceiros, excluídas as indenizações por danos materiais e pessoais causados a terceiros; Danos causados a terceiros; Acidentes pessoais por passageiros; Responsabilidade Civil Facultativa (RCF – Danos Materiais e Pessoais); Acidente Pessoal (APP – Morte ou Invalidez); Assistência 24 (VINTE E QUATRO) horas.

1. **PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO**:

7.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura e publicação.

7.2 O prazo de vigência da contrato poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 105 da Lei Federal nº 14.133/21.

7.3 O contrato será enviada para assinatura do representante legal da adjudicatária da licitação e deverá ser devolvida assinada no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

7.4 O prazo previsto no item 7.1 poderá ser prorrogado, durante o seu transcurso, for formalizada pela adjudicatária da licitação, diante de motivação justificada e aceita.

7.5 A recusa injustificada em assinar do contrato, em até 5 (cinco) dias úteis após sua convocação, caracteriza o descumprimento total da obrigação, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

**8 - PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DO CONTRATO:**

8.1 O gerenciamento e a fiscalização da execução do(s) contrato caberá, respectivamente, aos servidores da Contratante, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, na(s) sua(s) falta(s) ou impedimento(s), ao(s) seu(s) substituto(s).

8.2 Ficam reservados ao Gestor do contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omisso ou duvidoso não previsto no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para a Contratanteou modificação da contrato.

8.3 As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do contrato deverá (ão) ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas.

8.4 A Contratada deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Gestão e Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.

8.5 São algumas das atribuições dos servidores da Contratantedesignados para a Fiscalização e Gestão Técnica dessa contratação respectivamente:

**I.** nos casos de contrato, verificar junto ao Gestor Administrativo, e previamente à expedição da ordem de fornecimento e/ou autorização do início da execução do serviço/materiais, a existência de:

1. **disponibilidade financeira.**

8.6 A existência e a atuação da gestão e da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a Contratante ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da execução do contrato não implicará corresponsabilidade da Contratanteou de seus prepostos, devendo, ainda, a contratada, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a Contratantedos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

1. **CRITÉRIOS DE PAGAMENTO:**

9.1 O recebimento definitivo será realizado no prazo de até 05 (cinco) dias da expedição do termo de recebimento, após os agentes públicos designados para fiscalizar o contrato avaliarem se os itens recebidos atendem a todas as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

9.2 Após o recebimento definitivo, a CONTRATADA será comunicada para que emita a fatura ou nota fiscal, com o valor aferido pela fiscalização.

9.3 Caso seja verificado que a empresa CONTRATADA deixou de executar o objeto em consonância com este Termo de Referência ou com o Contrato, a fiscalização poderá rejeitar os serviços, de forma parcial ou integral, e indicar a retenção ou glosa no pagamento, de forma proporcional à irregularidade constatada, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei 14133 de 2021.

9.4 Em situações em que surgirem dúvidas ou discordâncias sobre a execução do objeto, seja quanto à dimensão, qualidade ou quantidade, a Administração irá solicitar à CONTRATADA a emissão de Nota Fiscal referênte à parcela incontroversa para fins de liquidação e pagamento, conforme preconiza o art. 143 da Lei 14133 de 2021.

9.5 A CONTRATADA assume a responsabilidade de reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, total ou parcialmente, qualquer vício, defeito ou incorreção que surja durante a execução do objeto.

9.6 A fiscalização não atestará a fatura referente aos serviços executados até que a CONTRATADA realize a correção de todas as eventuais pendências apontadas no recebimento provisório.

9.7 A CONTRATADA deverá encaminhar, juntamente à Nota Fiscal ou Fatura, a documentação relacionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021 e demais documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas, para fins de compravação da regularidade fiscal, social e trabalhista

9.8 O pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

9.9 No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

9.10 O CONTRATANTE efetuará, quando do pagamento, as retenções tributárias nos percentuais previstos na legislação vigente e aplicável ao objeto da contratação.

1. **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**
2. O fornecedor será selecionado, preferencialmente, por meio da realização de procedimento de licitação na modalidade pregão, sob a forma eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço global.
3. Habilitação Técnica

10.1 As empresas participantes da licitação deverão apresentar, para fins de habilitação técnica, a documentação descrita abaixo a título de comprovação de sua qualificação para a execução do objeto deste Termo de Referência:

1. Certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrados, quando for o caso, perante o órgão técnico competente.
2. Prova de registro da licitante na entidade de fiscalização profissional competente, se couber.

10.2 A licitante deverá comprovar a experiência mínima de 01 (um) ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diversos, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos.

10.3 Não será admitida a apresentação de atestado de capacidade técnica emitido por empresa ou empresas do mesmo grupo econômico em favor da licitante participante, no caso desta também pertencer ao grupo econômico.

10.4 Será admitida a soma dos atestados ou certidões apresentados pelas licitantes, desde que tais documentos sejam tecnicamente pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação.

10.5 Os atestados ou certidões recebidas estão sujeitos à verificação do Pregoeiro e da sua Equipe de Apoio quanto à veracidade dos respectivos conteúdos, inclusive para os efeitos previstos no art. 169, § 3º, II, da Lei nº 14.133/21, e do art. 337–F do Código Penal.

1. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

10.6 Para fins de habilitação jurídica, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.6.1 Registro comercial, no caso de empresário individual;

10.6.2 Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, com chancela digital na forma eletrônica ou tradicional, em se tratando de sociedades empresárias, acompanhado dos documentos de designação de seus administradores, caso designados em ato separado;

10.6.3 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade simples, acompanhada da prova da composição da diretoria em exercício;

10.6.4 A prova da investidura dos administradores da sociedade limitada eventualmente designados em ato separado do Contrato Social, mediante termo de posse no livro de atas da Administração e averbação no registro competente;

10.6.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

10.7. A sociedade simples que não adotar um dos tipos societários regulados no Código Civil deverá mencionar no respectivo ato constitutivo as pessoas naturais incumbidas de sua administração, exceto se assumir a forma de sociedade cooperativa.

1. **HABILITAÇÃO FISCAL**

10.8 Para fins de habilitação fiscal, o licitante deverá apresentar:

10.8.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ ou no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

10.8.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente à atividade empresarial objeto desta licitação;

10.8.3 Prova de regularidade com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) A prova de regularidade com a Fazenda Federal será efetuada por meio da Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais, inclusive contribuições sociais, e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria–Geral da Fazenda Nacional – PGFN, da sede da licitante;

b) A prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços e certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição estadual;

c) A prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio da licitante será feita por meio da apresentação da certidão negativa ou positiva com efeito negativo do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza e/ou certidão negativa ou positiva com efeito negativo da dívida ativa ou, se for o caso, certidão comprobatória de que a licitante, pelo respectivo objeto, está isenta de inscrição municipal;

10.8.4 Prova de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – CRF–FGTS.

10.8.5 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

10.9 Caso a documentação apresentada pela microempresa ou empresa de pequeno porte contenha alguma restrição, lhe será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados do momento em que o proponente for declarado o vencedor da licitação, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativa.

10.10 O prazo acima será prorrogado por igual período, mediante requerimento do interessado, ressalvadas as hipóteses de urgência na contratação ou prazo insuficiente para o empenho.

10.11 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo do disposto no art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/21.

1. **HABILITAÇÃO SOCIAL E TRABALHISTA:**

10.12 Certidão Negativa de Ilícitos Trabalhistas praticados em face de trabalhadores menores, emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de dezesseis anos, salvo maiores de quatorze anos na condição de aprendiz, sob as penas da lei, consoante o disposto no art. 68, VI, da Lei nº 14.133/21.

10.13 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito negativo.

10.14 Declaração de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, na forma do art. 63, IV, da Lei nº 14.133/21.

1. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO–FINANCEIRA:**

10.15 O licitante deverá apresentar Cópia do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

10.16 A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), resultantes da aplicação das fórmulas:

**ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO**

**LG = –––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––**

**PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

**ATIVO TOTAL**

**SG = –––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––––**

**PASSIVO CIRCULANTE + PASSIVO NÃO CIRCULANTE**

**ATIVO CIRCULANTE**

**LC = ––––––––––––––––––––––––**

**PASSIVO CIRCULANTE**

10.17 Relativamente a quaisquer dos índices, as licitantes deverão apresentar resultado igual ou superior a 1,0 (um).

10.18 As licitantes deverão apresentar os índices já calculados, com assinatura do contador e do representante legal da empresa, que serão analisados com base nos balanços apresentados.

10.19 Entende-se por “apresentados na forma da Lei”:

1. Em se tratando de empresa constituída na forma de Sociedade Anônima, a licitante deverá apresentar a publicação do balanço em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei nº 6.404/76, ressalvada a hipótese prevista no art. 294 daquela legislação, que faculta a apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME n° 12.071/21 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;
2. Em se tratando de empresas constituídas na forma de outros tipos societários, as demonstrações contábeis devem estar com Termo de Abertura e de Encerramento devidamente registrados ou arquivados na Junta Comercial do Estado, ou Cartório pertinente, com as respectivas folhas numeradas, ou seja, cópia fiel do Livro Diário, autenticado;
3. Na hipótese de ser utilizada a Escrituração Contábil Digital – ECD, o balanço patrimonial deve estar autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

10.20 Quando se tratar de sociedade constituída a menos de 1 (um) ano, a licitante deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

10.21 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item (B.1) limitar–se–ão ao último exercício.

10.22 A apresentação das Demonstrações Contábeis é obrigatória para a análise econômico-financeira de todas as empresas, independentemente do porte, classificação ou enquadramento para fins tributários.

10.23 As empresas com tempo de existência inferior a 01 (um) ano, deverão apresentar declaração do Patrimônio Inicial, firmada por profissional habilitado junto ao CRC-RJ.

10.24 As licitantes enquadradas como Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, optantes pelo Simples Nacional, **não** estão dispensadas da apresentação do balanço patrimonial e suas demonstrações contábeis, por se tratar de **aquisição com entrega parcelada,** portanto, não será aceita a substituição pela declaração de informação socioeconômico e fiscal (DEFIS).

10.25 Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 20% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico–financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

10.26 Certidões Negativas de Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial ou Certidão de Insolvência Civil expedidas pelo(s) distribuidor(es) da sede da licitante ou de seu principal estabelecimento. As certidões deverão vir acompanhadas de declaração oficial da autoridade judiciária competente, relacionando os distribuidores que, na Comarca de sua sede, tenham atribuição para expedir certidões negativas de falências e concordatas.

10.27 A licitante deverá apresentar declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, na forma do § 1º do art. 63 da Lei nº 14.133/21.

1. **ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**
   1. A contratação tem o custo estimado total de R$ 563.415,80 (quinhentos e sessenta e três mil, quatrocentos e quinz reais e oitenta centavos), conforme custos unitários relacionados na tabela abaixo.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE DE VEÍCULOS | VALOR TOTAL |
| SEGURO COM COBERTURA TOTAL, COM COBERTURA COMPREENSIVA (COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO), BEM COMO COBERTURA A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS, 7 (SETE) DIAS POR SEMANAS | 40 | R$ 563.415,80 |

11.2 O orçamento estimado foi elaborado através de proposta de preços da empresa, com pesquisa de mercado com títulos similares.

11.3 A estimativa de custos levou em consideração todos os riscos envolvidos na contratação, assim como sua distribuição entre CONTRATANTE e CONTRATADA.

1. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

12.1 A despesa decorrente desta contratação correrá à conta de recursos consignados no orçamento do Município de Seropédica, exercício de 2025, compromissada por conta da dotação orçamentária existente no:

Programa de Trabalho:

* 12.0109.2808.12.361.024.3.3.90.30.05 - 15001001;

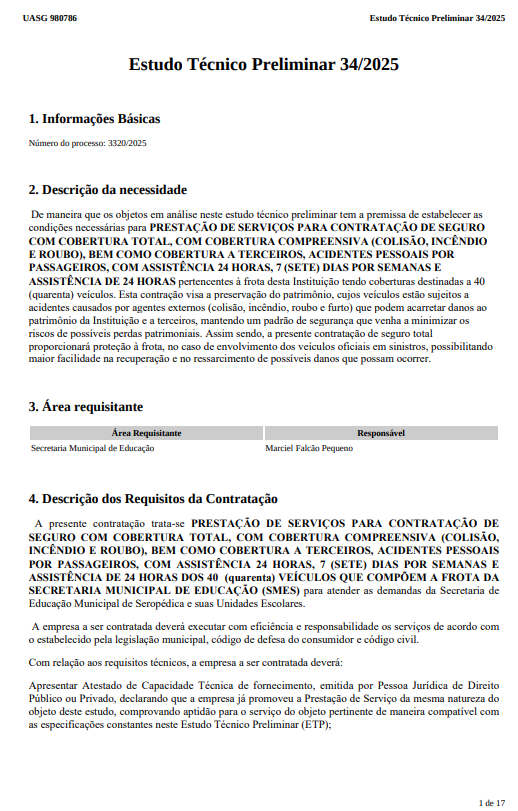
Seropédica, 07 de maio de 2025.

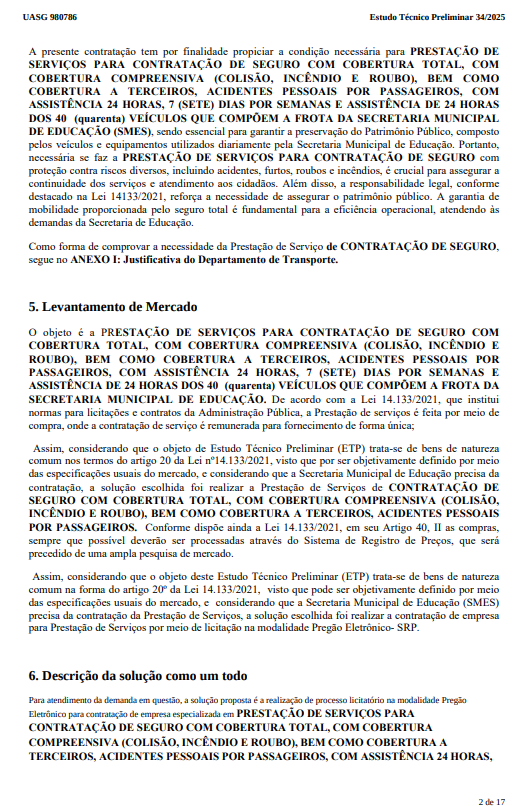
**Edilaine Graciano Ferreira Alves Evangelista**

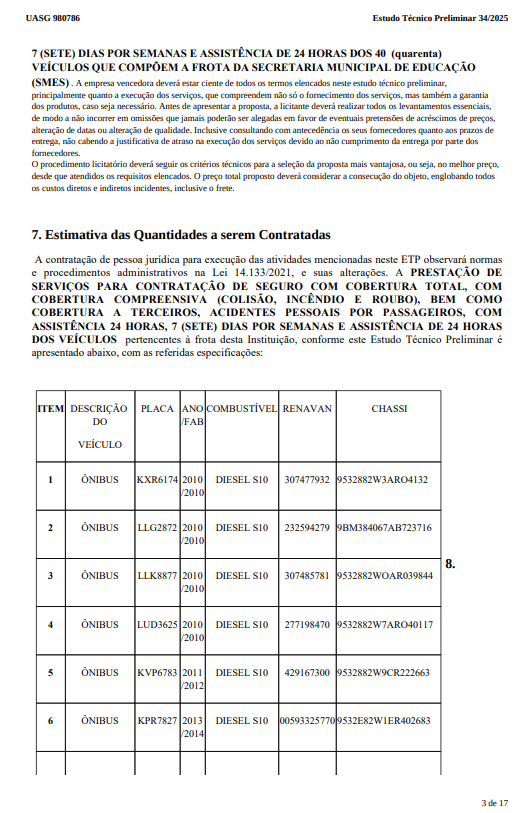
Secretária Municipal de Suprimentos

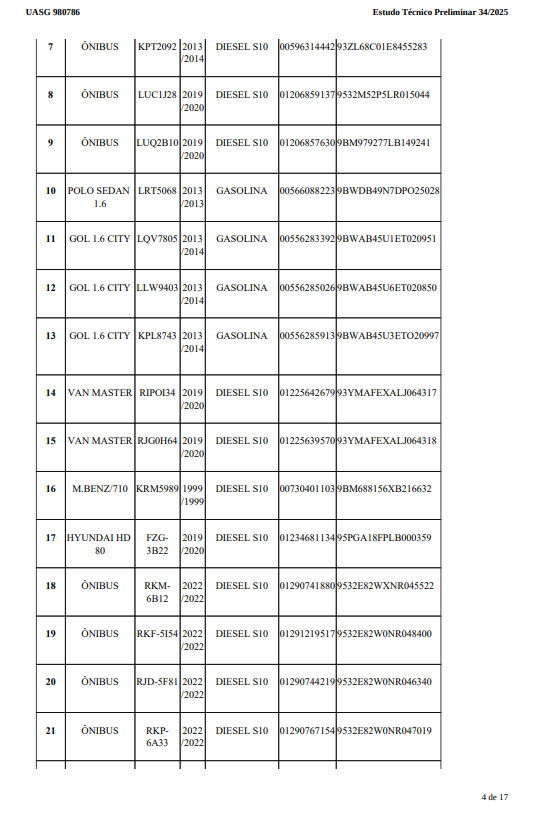
Mat. 290433447

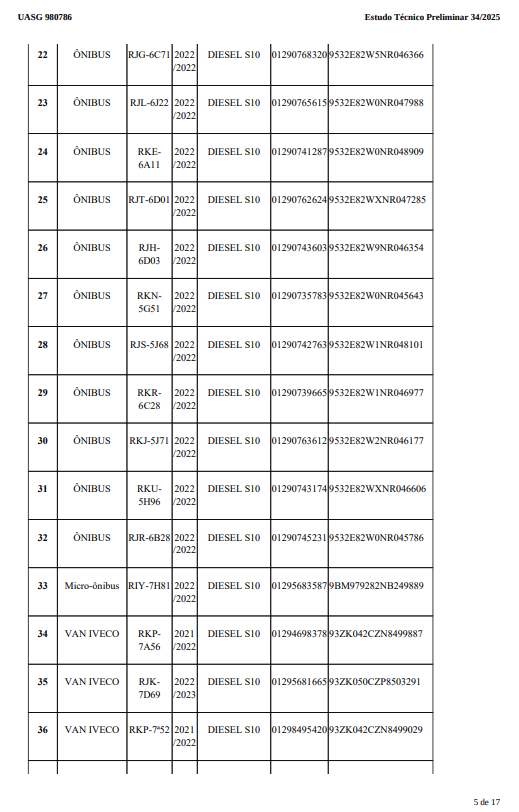
**ANEXO I – DO TERMO DE REFERENCIA**

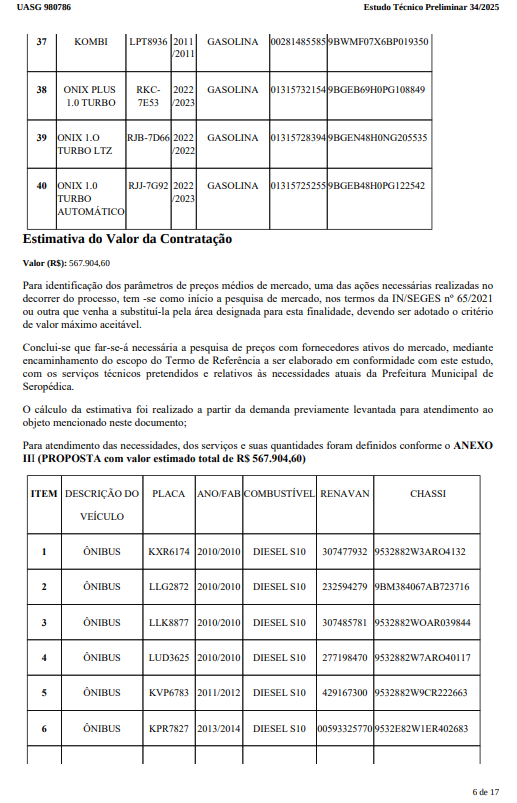
****

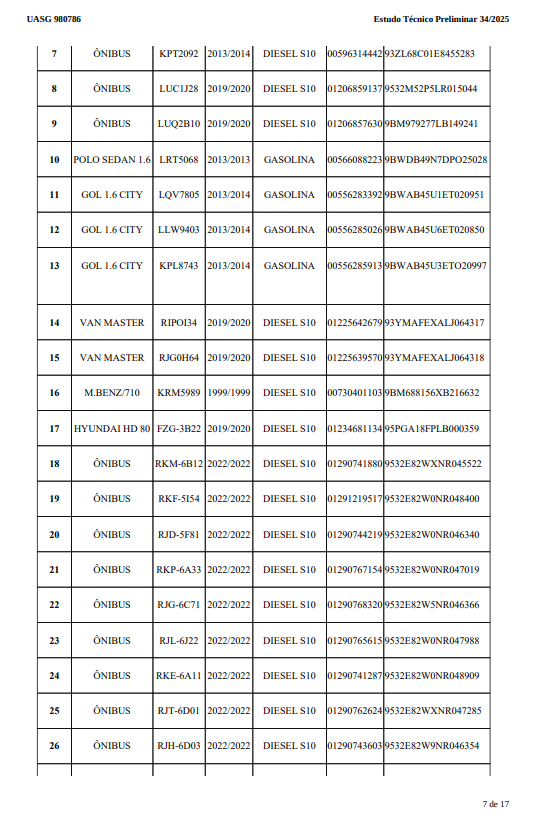
****

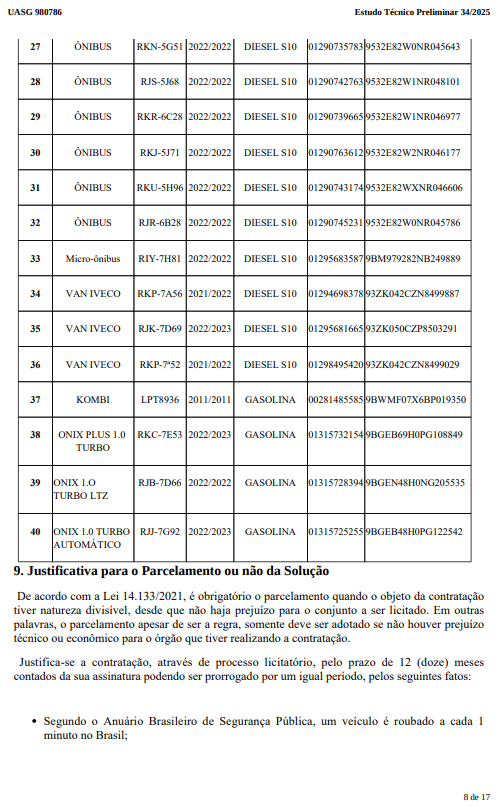
****

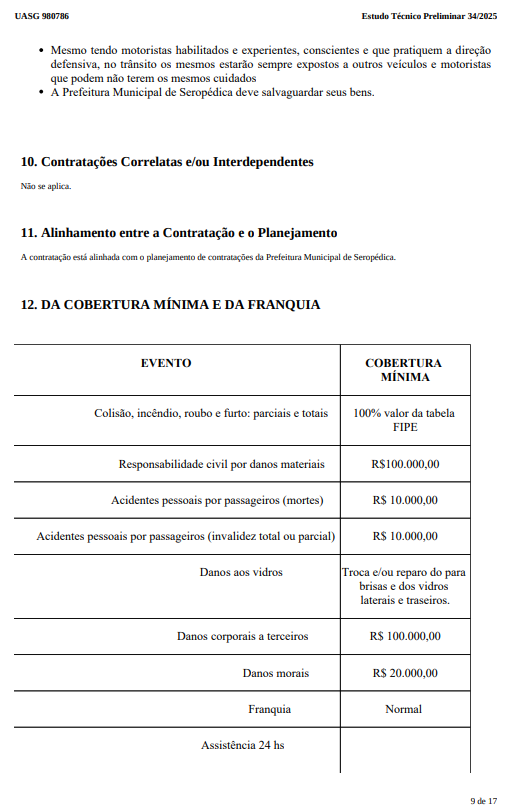
****

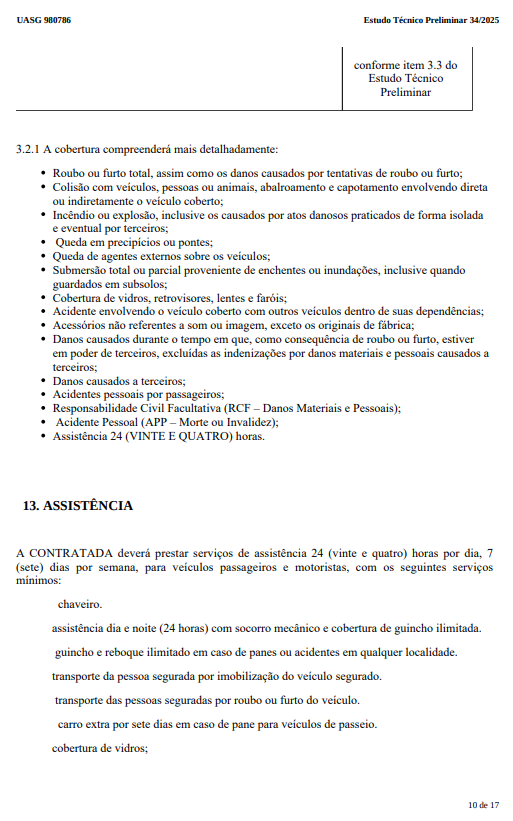
****

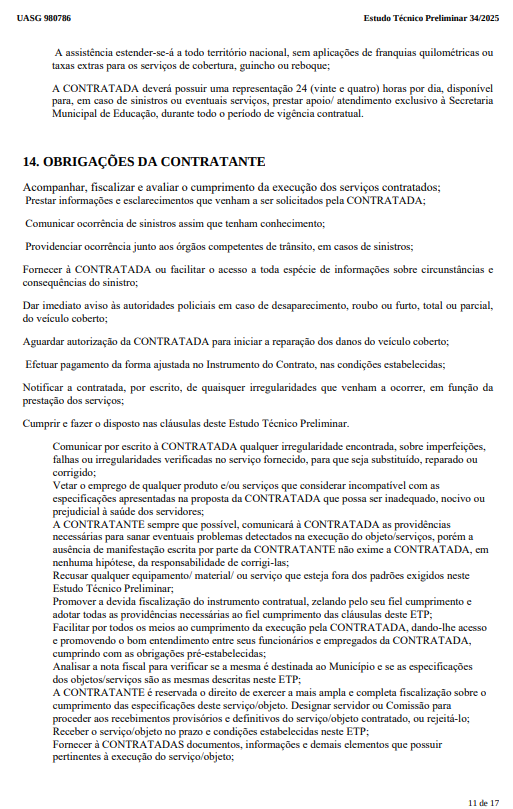
****

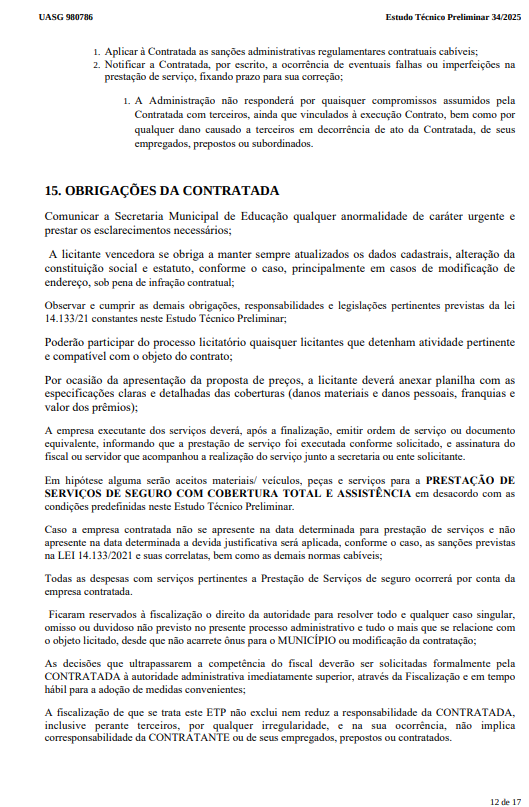
****

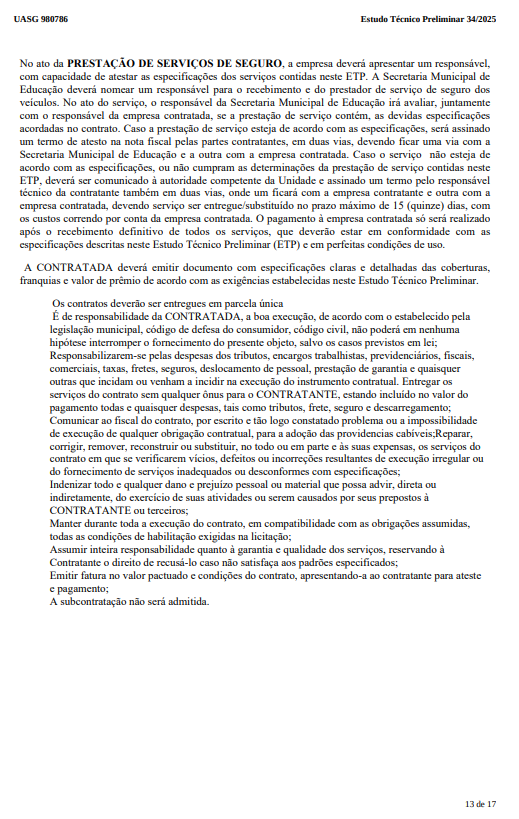
****

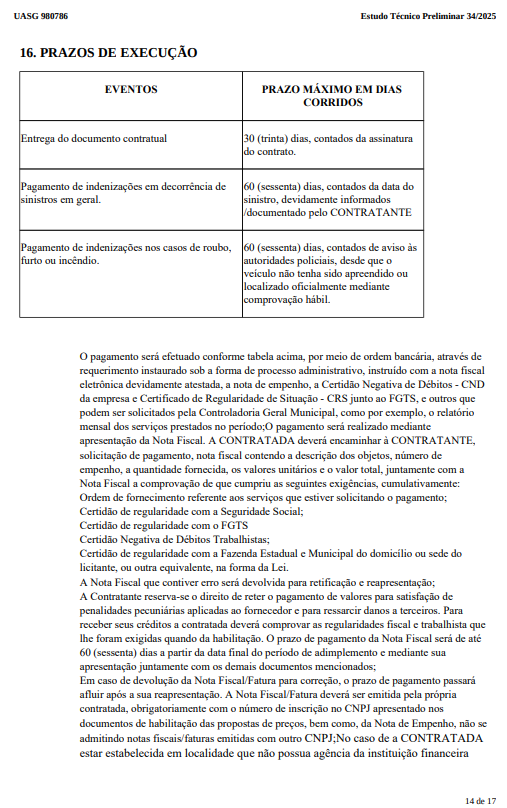
****

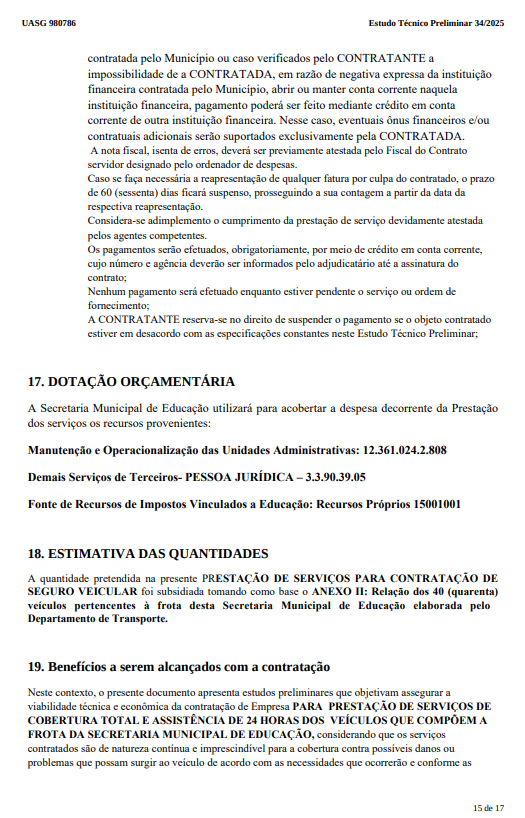
****

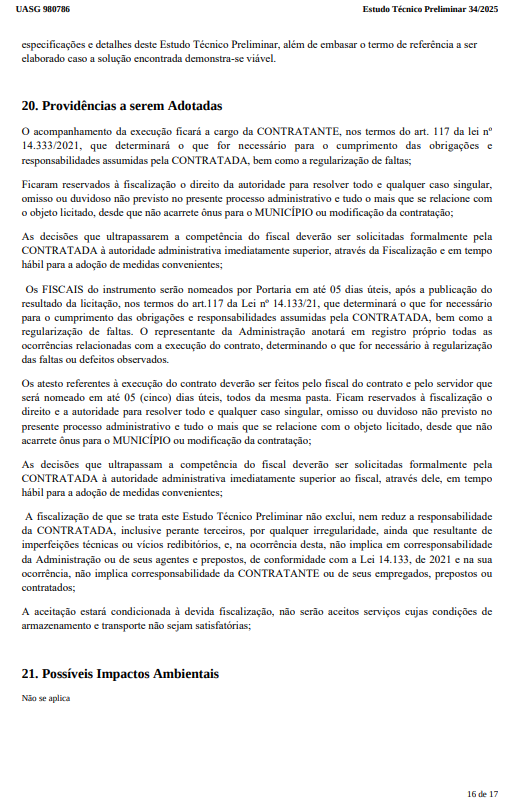
****

****

****

****

****

****

****

**ANEXO II**

**MODELO DE PROPOSTA**

(em papel timbrado da licitante)

Ao Sr. Pregoeiro,

Atendendo à convocação do Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º /2025, referente ao processo administrativo n.º \_\_\_\_\_/20\_\_, apresento-lhe a Proposta para \_\_\_\_\_\_\_ (descrever o objeto), descritos e especificados no Anexo \_\_\_ Termo de Referência.

Cotamos para o objeto em licitação o valor de R$ \_\_\_\_\_ (por extenso), cuja composição de custos está discriminada na forma abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE DE VEÍCULOS | VALOR TOTAL |
| SEGURO COM COBERTURA TOTAL, COM COBERTURA COMPREENSIVA (COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO), BEM COMO COBERTURA A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS, 7 (SETE) DIAS POR SEMANAS | 40 |  |

**Prazo de validade da presente proposta é de 60 (sessenta) dias.**

**Informações Complementares:**

* Dados da Proponente:

Razão Social: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CNPJ: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Inscr. Est.: \_\_\_\_\_\_ Inscr. Municipal: \_\_\_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_\_\_\_ Telefones: \_\_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_\_\_\_ Conta-Corrente \_\_\_\_\_\_\_

* Dados do representante legal que assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou procuração:

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_\_

Profissão: \_\_\_\_\_\_\_\_\_ Estado Civil: \_\_\_\_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_\_\_\_ Órgão Exp.: \_\_\_\_\_\_\_\_ Data de Emissão: \_\_/\_\_/\_\_

CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

(Cidade), \_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025

(Assinatura do representante legal)

Nome: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**ANEXO III**

**MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº \_\_\_\_/2025**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3320/2025**

**VALIDADE: \_\_/\_\_/2025**

Aos \_\_ dias do mês de \_\_\_ de 20\_\_, o Município de Seropédica, por meio do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ *[órgão da Administração Direta]*, situada a \_\_\_\_(endereço), CNPJ n.º \_\_\_\_\_\_, por intermédio do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, em atenção ao resultado PE SRP n.º \_\_\_/20\_\_, homologado em \_\_\_/\_\_\_/20\_\_, com publicação ocorrida em \_\_/\_\_20\_\_, e observada, RESOLVE registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s) indicada(s) nesta Ata, observadas aLei n.º 14.133/2021, as Leis Complementares Federais n.º 123/2006 e nº 101/2000, a Lei n.º 8.078/1990 e a Lei Municipal n.º 681/2021, as condições estabelecidas no Edital do certame e as disposições que seguem abaixo:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DOS PREÇOS**

A Ata de Registro de Preços visa ao registro de preços para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO COM COBERTURA TOTAL ENVOLVENDO (COLISÃO, INCÊNCIO E ROUBO), BEM COMO COBERTURA A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS E 7 DIAS POR SEMANA,** conforme especificado no Edital e no Termo de Referência (Anexo I) do PE-RP n.º \_\_\_/20\_\_e na proposta comercial adjudicada, todos documentos integrantes desta Ata.

Parágrafo Primeiro - O detalhamento do(s) preço(s) registrado(s) segue(m) abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE DE VEÍCULOS | VALOR TOTAL |
| SEGURO COM COBERTURA TOTAL, COM COBERTURA COMPREENSIVA (COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO), BEM COMO COBERTURA A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS, 7 (SETE) DIAS POR SEMANAS | 40 |  |

Parágrafo Segundo - A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

Parágrafo Terceiro – A presente Ata vincula, com força contratual, a beneficiária a entregar os itens/prestar os serviços nas condições indicadas, a partir das solicitações realizadas pelos órgãos participantes.

Parágrafo Quarto - O presente registro de preços não obriga os órgãos participantes a solicitar qualquer quantidade de itens registrados, facultando-se a realização de licitação específica para eventual aquisição pretendida desde que justificada, assegurado à beneficiária do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

A vigência das Atas de Registro de Preços será de **12 (doze) meses** contados da sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

Parágrafo Primeiro - O prazo de vigência das Atas de Registro de Preços poderá ser prorrogado por até 1 (um) ano, desde que demonstrada a vantajosidade dos preços após pesquisa de mercado e o desempenho satisfatório das empresas na execução contratual, bem como poderá renovar os quantitativos registrados, desde que respeitados os quantitativos originários.

Parágrafo Segundo - Nas hipóteses do parágrafo anterior, o ato de prorrogação deverá indicar o novo prazo de vigência das Atas de Registro de Preços e o quantitativo renovado.

**CLÁUSULA TERCEIRA - DO CADASTRO DE RESERVA**

Será incluído na ata, na forma de anexo, visando à formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata, o registro das licitantes:

(a) aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos da Adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

(b) mantiverem sua proposta original.

Parágrafo Primeiro - Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação das licitantes registradas na Ata.

Parágrafo Segundo - Para fins da ordem de classificação, as licitantes que aceitarem reduzir suas propostas para o preço da Adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

Parágrafo Terceiro - A habilitação das licitantes que comporão o cadastro de reserva somente será efetuada quando houver necessidade de contratação das licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

(a) quando a licitante vencedora não assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

(b) quando houver o cancelamento do registro da licitante ou do registro de preços.

Parágrafo Quarto - Quando o convocado não assinar a Ata no prazo e nas condições estabelecidos no edital, fica facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Parágrafo Quinto - Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:

(a) convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço da Adjudicatário; ou

(b) adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

**CLÁUSULA QUARTA - DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

Durante a vigência da Ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública de quaisquer dos entes que não participaram do certame poderão aderir à Ata de registro de preços, observados os seguintes requisitos:

(a) apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

(b) demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021; e

(c) consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora, que dependerá de prévia averiguação quanto à ausência de prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento, e da beneficiária da Ata.

Parágrafo Primeiro – As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e para os participantes.

Parágrafo Segundo – O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem.

Parágrafo Terceiro – Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

Parágrafo Quarto - É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS E DO CANCELAMENTO DA ATA**

Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, nas seguintes situações:

(a) em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da Ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do *caput* do art. 124 da Lei n.º 14.133/2021;

(b) em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados; ou

(c) na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos do disposto na Lei n.º 14.133/2021.

Parágrafo Primeiro – Na hipótese de o preço registrado demonstrar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora deverá convocar a beneficiária da Ata para negociar a redução do preço registrado.

Parágrafo Segundo – Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, a fornecedora será liberada do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

Parágrafo Terceiro – Na hipótese prevista no parágrafo anterior, o gerenciador convocará as fornecedoras do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

Parágrafo Quarto – Se não obtiver êxito nas negociações, o gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de registro de preços e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.

Parágrafo Quinto – Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços, para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual.

Parágrafo Sexto – Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e a fornecedora não poder cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, será facultado à fornecedora requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.

Parágrafo Sétimo – Para fins do disposto no parágrafo anterior, a fornecedora encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

Parágrafo Oitavo - Na hipótese de comprovação do disposto no parágrafo sexto, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado

Parágrafo Nono – Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e a fornecedora deverá cumprir as obrigações estabelecidas na Ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n.º 14.133/2021, e na legislação aplicável.

Parágrafo Décimo – Adotadas as providências anteriores sem sucesso, o gerenciador deverá, para o item em apreço, proceder ao cancelamento do preço registrado na Ata.

Parágrafo Décimo Primeiro – A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador quando:

(a) do cancelamento de todos os preços registrados;

(b) da ocorrência devidamente comprovada de fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilize a execução das obrigações previstas na Ata;

(c) houver razões de interesse público devidamente justificadas e formalizadas em processo administrativo;

(d) da alteração substancial nas condições de mercado.

Parágrafo Décimo Segundo – O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

I – Por iniciativa da Administração, após abertura de processo no qual se assegure o contraditório e ampla defesa, quando:

(a) a empresa beneficiária do registro não assinar o contrato no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

(b) ocorrer inexecução total ou parcial do contrato;

(c) a empresa beneficiária do registro for liberada;

(d) quando a empresa beneficiária do registro descumprir as condições da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

(e) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;

(f) quando a empresa beneficiária do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei n.º 14.133/2021;

(g) quando a empresa beneficiária do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

II – Por iniciativa da empresa beneficiária do registro, mediante solicitação formal, quando comprovar a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

Parágrafo Décimo Terceiro – Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados as licitantes constantes do cadastro de reserva, respeitada a ordem de classificação, observado o preço da proposta vencedora e comprovado o atendimento aos requisitos de habilitação dispostos no item 13 do Edital.

**CLÁUSULA SEXTA – DO REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS**

As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços da seguinte forma:

1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou
2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

Parágrafo Primeiro – Caberá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

Parágrafo Segundo - Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de entes federativos distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da Ata, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

**CLÁUSULA SÉTIMA – FORO**

Fica eleito o Foro da Cidade de Seropédica para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

**CLÁUSULA OITAVA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e da beneficiária da Ata, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e no Edital do certame.

Seropédica, de \_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Secretária M. de Suprimentos**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Representante Legal da Empresa**

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Testemunha**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Testemunha**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

**ANEXO IV**

**MINUTA DE CONTRATO**

**CONTRATO N.º /20\_\_\_**

**CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA, POR MEIO DO \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ [ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA], OU A (O) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ [ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA], COMO CONTRATANTE, E A \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, COMO CONTRATADA, PARA AQUISIÇÃO DE BENS NA FORMA ABAIXO.**

O **MUNICÍPIO DE SEROPÉDICA,** por meio do \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ [*órgão da Administração Direta*], ou \_\_\_\_\_\_\_\_ a(o) *entidade  da  Administração  Indireta*],  a  seguir  denominado **CONTRATANTE**, representado pelo [*autoridade administrativa     competente      para      firmar      o      contrato*],      nomeado(a) pela Portaria n.º \_\_\_, de \_\_/\_\_/20\_\_, publicada às fls. \_\_\_ do Diário Oficial de \_\_/\_\_\_/20\_\_, e a pessoa jurídica \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ , estabelecida na \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_  [*endereço da sociedade CONTRATADA*], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_, a seguir denominada **CONTRATADA**,  neste ato representada por \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ [*representante da sociedade CONTRATADA*], tendo em vista o que consta no Processo n.º \_\_\_\_\_\_, têm justo e acordado o presente CONTRATO, que é celebrado em decorrência do resultado do PREGÃO ELETRÔNICO PE–RP Nº \_\_\_\_/\_\_\_, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

objeto do presente instrumento é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO COM COBERTURA TOTAL ENVOLVENDO (COLISÃO, INCÊNCIO E ROUBO), BEM COMO COBERTURA A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS E 7 DIAS POR SEMANA,** conforme especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico (Anexo **I** do Edital de Pregão Eletrônico para Registro de Preço n.º \_\_\_\_\_\_\_) e unidades abaixo discriminadas:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| DESCRIÇÃO | QUANTIDADE DE VEÍCULOS | VALOR TOTAL |
| SEGURO COM COBERTURA TOTAL, COM COBERTURA COMPREENSIVA (COLISÃO, INCÊNDIO E ROUBO), BEM COMO COBERTURA A TERCEIROS, ACIDENTES PESSOAIS POR PASSAGEIROS, COM ASSISTÊNCIA 24 HORAS, 7 (SETE) DIAS POR SEMANAS | 40 |  |

**Parágrafo Único –** O objeto do contrato será entregue/instalado com obediência rigorosa, fiel e integral de todas as exigências, normas, itens, elementos, condições gerais, e especiais contidos no processo administrativo n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_, no presente contrato, no Edital, no Termo de Referência, bem como em detalhes e informações fornecidas pelo CONTRATANTE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência da contratação é de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, contados do(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, prorrogável ou alterável nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

**Parágrafo Único –** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for entregue no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

**CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR, FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO**

O valor total da contratação é de R$ \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ (por extenso).

**Parágrafo Primeiro –** No preço estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da aquisição do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

**Parágrafo Segundo –** O pagamento à CONTRATADA será realizado em razão do efetivo fornecimento dos bens adquiridos. O(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** está desobrigado(a) a pagar o valor total do contrato caso todo o quantitativo do objeto previsto na cláusula primeira não tenha sido regularmente entregue e aceito, devendo o CONTRATANTE comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado, quando houver glosa parcial do objeto.

**Parágrafo Terceiro –** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

**Parágrafo Quarto –** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**Parágrafo Quinto –** Os pagamentos serão efetuados à CONTRATADA,após a regular liquidação da despesa, nos termos do art. 63 da Lei Federal n.º 4.320/1964, observado o disposto nos arts. 140 e 141 da Lei n.º 14.133/2021, em 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento do documento de cobrança.

**Parágrafo Sexto –** Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato.

**Parágrafo Sétimo –** No caso de erro nos documentos de faturamento ou cobrança, estes serão devolvidos à CONTRATADA para retificação ou substituição, passando o prazo de pagamento a fluir, então, a partir da reapresentação válida desses documentos.

**Parágrafo Oitavo –** A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o documento de cobrança toda a documentação mencionada no art. 68 da Lei n.º 14.133/2021 e demais documentos exigidos pelas normas de liquidação das despesas aplicáveis.

**Parágrafo Nono –** No caso de atraso pelo CONTRATANTE, os valores devidos à CONTRATADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

**Parágrafo Décimo –** O CONTRATANTE efetuará, quando do pagamento, as retenções tributárias nos percentuais previstos na legislação vigente e aplicável ao objeto da contratação.

**Parágrafo Décimo Primeiro –** A CONTRATADA que comprovar, por meio da apresentação de documento oficial, ser optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n.º 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime especial.

**CLÁUSULA QUARTA – REAJUSTE**

O reajuste dos preços inicialmente contratados somente ocorrerá decorrido o prazo de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação do orçamento estimado, mediante a aplicação do índice IPCA.

**Parágrafo Primeiro –** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo acima estabelecido será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajustamento.

**Parágrafo Segundo –** Não sendo possível aferir o índice de reajuste, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

**Parágrafo Terceiro –** Caso o índice previsto neste contrato seja extinto ou de alguma forma não possa mais ser aplicado, será adotado o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor ou, no silêncio legislativo, por outro índice que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda.

**Parágrafo Quarto –** A CONTRATADA não terá direito ao reajuste do preço dos objetos que, comprovadamente, forem entregues fora do prazo estabelecidos no contrato.

**CLÁUSULA QUINTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

Eventuais pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato deverão ser apreciados e respondidos formalmente pelo CONTRATANTE no prazo de até \_\_\_ (por extenso) dias, contados da data de apresentação do requerimento devidamente instruído com todos os documentos necessários à sua apreciação.

**Parágrafo único –** O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação contratual, sob pena de preclusão.

**CLÁUSULA SEXTA – PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA E DE RECEBIMENTO**

Os bens deverão ser entregues no local, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato.

**Parágrafo Primeiro –** O objeto contratado deverá ser entregue no endereço indicado pela **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** , no horário das 08:00h ás 1600 h, conforme Termo de Referencia.

**Parágrafo Segundo –** O objeto contratado deverá ser entregue, conforme determinado no Termo de Referência**.**

**Parágrafo Terceiro –**O recebimento provisório dos bens adquiridos será feito no local da entrega, no prazo máximo determinado no Termo de Referencia.

**Parágrafo Quarto –** O recebimento definitivo será realizado conforme o prazo determinado no Termo de Referência.

**Parágrafo Quinto –** Os bens poderão ser rejeitados pela CONTRATANTE, no todo ou em parte, se estiverem em discrepância com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, lavrando-se termo circunstanciado no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.

**Parágrafo Sexto –** Os objetos recusados deverão ser substituídos pela CONTRATADA, às suas expensas, no prazo determinado no Termo de Referência.

**CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA**

Nos moldes do art. 96, da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA prestou garantia na modalidade \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, no valor de R$ \_\_\_ (por extenso), equivalente a \_\_% (\_\_\_por cento) do valor total do contrato.

**CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

A CONTRATADA fica obrigada a cumprir todas as obrigações estabelecidas no Edital e Termo de Referência e, ainda, as a seguir elencadas:

1. – Fornecer os bens de acordo com todas as especificações do Termo de Referência, em sua proposta, neste contrato e em eventuais anexos;

II – Entregar o objeto adquirido acompanhado de manual em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

III – Informar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem a data estabelecida para entrega dos bens, as justificativas que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto no Termo de Referência ou Contrato, juntando documentos que corroborem os fatos;

IV – Implementar medidas preventivas necessárias para evitar danos a terceiros porventura decorrentes do objeto deste contrato;

V – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas e dentro do prazo determinado pelos fiscais, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução, dos materiais empregados ou de danos ocorridos durante a entrega.

VI – Responsabilizar-se integralmente pelo ressarcimento de quaisquer danos e prejuízos, de qualquer natureza, que causar ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes da execução do objeto deste contrato, respondendo por si, seus empregados, prepostos e sucessores, independentemente das medidas preventivas adotadas, ficando a fiscalização autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia contratual os valor correspondente aos danos suportados;

VII – Responsabilizar-se pelo fornecimento de materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados em quantidade, qualidade e tecnologia estabelecidos no Termo de Referência e de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais normas técnicas pertinentes, a ser atestada pela fiscalização, assim como pela substituição dos materiais recusados, sem ônus para o CONTRATANTE e sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis;

VIII – Manter, durante toda a vigência deste instrumento, as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração do contrato;

IX – Responsabilizar-se pelo uso regular de marcas, patentes, registros, processos e licenças relativas à execução deste contrato, eximindo o CONTRATANTE das consequências de qualquer utilização indevida;

X – Manter hígidas as garantias contratuais até o recebimento definitivo do objeto do contrato;

XI – Não contratar, durante a vigência do contrato, pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau;

XII – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

**CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

São obrigações do CONTRATANTE:

I – Realizar a fiscalização do objeto do contrato, exigindo o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

II – Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

III – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

IV– Realizar os pagamentos na forma e condições previstas contratualmente;

V – Aplicar as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato à CONTRATADA;

**CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO**

Os Fiscais do Contrato deverão ser formalmente designados pelo respectivo Gestor do Contrato por meio de Portaria, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis após a celebração do contrato ou retirada do instrumento equivalente.

**Parágrafo Primeiro** – O ato de designação deverá conter o nome completo dos Fiscais, sua identificação funcional, telefone e e-mail de contato, descrição resumida do objeto, bem como o número do contrato e do processo administrativo que originou a contratação.

**Parágrafo Segundo** – Incumbem aos Fiscais do Contrato, dentre outras atribuições:

I – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;

II – Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

III – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

IV – Dar início a processo de apuração de infração contratual e aplicação de penalidade.

**Parágrafo Terceiro** – As solicitações cuja análise ultrapasse a competência dos Fiscais do Contrato deverão ser encaminhadas por estes à autoridade administrativa a quem incumbe a ciência e a adoção das medidas necessárias.

**Parágrafo Quarto** – A(s) CONTRATADA(s) deverá(ão) aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer-lhe todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

**Parágrafo Quinto** – A existência e a atuação da fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da(s) Contratada(s), no que concerne ao objeto contratado, às implicações próximas e remotas perante o Município de Seropédica ou perante terceiros, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da(s) execução(ões) contratual(is) em causa não implicará(ão) em corresponsabilidade do Município de Seropédica ou de seus prepostos, devendo, ainda, a(s) CONTRATADA(s), sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato, ao Município de Seropédica, dos prejuízos apurados e imputados às falhas em suas atividades.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - FORÇA MAIOR E CASO FORTUITO**

Eventos de caso fortuito ou de força maior poderão autorizar a suspensão da execução do contrato. No entanto, sua ocorrência, sempre que tiver o condão de impedir o cumprimento das etapas e do prazo contratual, deverão ser oportunamente informados à fiscalização, sob pena de não aceitas.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO**

É facultado ao CONTRATANTE suspender a execução do contrato e a contagem dos prazos mediante justificativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

Pelo descumprimento total ou parcial do contrato, o(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ [*órgão ou entidade*] poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021:

1. **Advertência**, aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do *caput* do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art155i), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
2. **Impedimento de licitar e contratar**, pelo prazo de até 3 (três) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021,](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art155ii) quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
3. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, pelo prazo de 3 (três) a 6 (seis) anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do *caput* do art. 155 da Lei n.º 14.133/2021](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art155viii), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave;
4. **Multa**, aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm#art155) da Lei n.º 14.133/2021, podendo ser:
   * + 1. **Moratória por atraso injustificado**: 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias, prazo a partir do qual poderá o CONTRATANTE promover a rescisão do contrato;
       2. **Moratória por inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia**: 5% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento);
       3. **Compensatória em razão do inadimplemento total do contrato**: 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato.

**Parágrafo Primeiro –** A aplicação das sanções previstas nesta cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**Parágrafo Segundo –** Todas as sanções previstas neste artigo poderão ser apostas cumulativamente com a multa, e não excluem a possibilidade de rescisão unilateral. No entanto, quaisquer delas somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado, no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados de sua notificação.

**Parágrafo Terceiro –** As multas deverão ser recolhidas administrativamente no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência da aplicação da penalidade.

**Parágrafo Quarto –** Em havendo inadimplemento, se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**Parágrafo Quinto –** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**Parágrafo Sexto –** Nos termos do art. 156, §1º, da Lei n.º 14.133/2021, a aplicação de penalidade deverá observar a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para o CONTRATANTE e a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**Parágrafo Sétimo –** A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**Parágrafo Oitavo –** O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**Parágrafo Nono –** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação, desde que cumpridas as exigências estabelecidas no art. 163 da Lei n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – RECURSOS**

Da penalidade aplicada, a CONTRATADA poderá apresentar:

1. **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 15 (quinze) dias úteiscontados da intimação da aplicação das penalidades de advertência, multa e/ou impedimento de licitar e contratar;
2. **Recurso** a ser interposto perante a autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, no prazo de 3 (três) dias úteiscontados da intimação da extinção do contrato quando promovido por ato unilateral e escrito da Administração;
3. **Pedido de Reconsideração** no prazo de 15 (quinze) dias úteis contados da ciência da aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** – **EXTINÇÃO CONTRATUAL**

Extinguir-se-á o presente contrato quando forem cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado na Cláusula Sexta.

**Parágrafo Primeiro –** O contrato poderá ser extinto, por ato unilateral do CONTRATANTE, por quaisquer dos motivos previstos no art. 137, incisos I a IX, da Lei n.º 14.133/2021, bem como amigavelmente, ambos mediante decisão fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e observado os art. 138 e 139 da mencionada Lei.

**Parágrafo Segundo –** A extinção operará seus efeitos a partir do termo fixado na decisão administrativa, que deverá ser publicada em sítio eletrônico oficial.

**Parágrafo Terceiro –** Nos casos de extinção com culpa exclusiva da CONTRATANTE, deverão ser promovidos:

1. a devolução da garantia;
2. os pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da extinção;
3. o pagamento do custo de desmobilização, caso haja;
4. o ressarcimento dos prejuízos comprovadamente sofridos.

**Parágrafo Quarto –** Na hipótese de extinção do Contrato por culpa da CONTRATADA, esta somente terá direito ao valor das faturas relativas às parcelas do objeto efetivamente adimplidas até a data da rescisão do Contrato, após a compensação prevista no parágrafo quarto desta Cláusula.

**Parágrafo Quinto –** No caso de extinção amigável, esta será reduzida a termo, tendo a CONTRATADA direito aos pagamentos devidos pela execução do Contrato, conforme atestado em laudo da comissão especial designada para esse fim e à devolução da garantia.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO**

A CONTRATADA não poderá subcontratar,

**Parágrafo Primeiro –** É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos necessários à execução dos serviços contratados correrão à conta do Programa de Trabalho \_\_\_\_, Código de Despesa \_\_\_\_\_ , tendo sido empenhada a importância de R$ \_\_\_\_ (por extenso), por meio da Nota de Empenho n.º \_\_\_\_\_\_\_\_.

**Parágrafo Único –** A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

Fica eleito o Foro da Comarca de Seropédica para dirimir dúvidas e litígios decorrentes da execução do presente contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/2021, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – PUBLICAÇÃO**

O CONTRATANTE promoverá a publicação do extrato deste instrumento, nos termos e condições previstas na Lei n.º 14.133/2021.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS**

1. A contratação em apreço se reveste das prerrogativas previstas no art. 104 da Lei n.º 14.133/2021; e
2. Para fins de contagem dos prazos, fica estabelecido que:

I – será excluído o dia de início e incluído o do vencimento;

II – se iniciam e vencem apenas nos dias em que houver expediente no CONTRATANTE.

E por estarem justos e acordados, assinam o presente em \_\_\_ (por extenso) vias, na presença de duas testemunhas que também o assinam.

Seropédica, de de .

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**CONTRATANTE**

(Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Representante Legal da Empresa CONTRATADA**

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Testemunha** (Nome, cargo, matrícula e lotação)

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

**Testemunha** (Nome, cargo, matrícula e lotação)

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE NEPOTISMO**

(em papel timbrado da licitante)

Referência: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º \_\_\_\_/20\_\_.

(EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA não possuir em seu quadro societário cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como os ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente aos órgãos na linha hierárquica da área encarregada da contratação.

(Cidade), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO VI**

**DECLARAÇÃO RELATIVA AO ART. 9º, § 1º, DA LEI N.º 14.133/2021**

(em papel timbrado da licitante)

Referência: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º \_\_\_\_/20\_\_.

(EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA que não participam de nossos quadros funcionais agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

(Cidade), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO VII**

**DECLARAÇÃO PARA FINS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DO ART. 63, INCISO I e § 1º, DA LEI N.º 14.133/2021**

(em papel timbrado da licitante)

Referência: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º \_\_\_\_/20\_\_.

(EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA:

1. em atenção ao inciso I do art. 63 da Lei n.º 14.133/2021, que atende aos requisitos de habilitação, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei; e
2. em atenção ao § 1º do art. 63 da Lei n.º 14.133/2021, sob pena de desclassificação, que nossa sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

(Cidade), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO VIII**

**DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE RESERVA DE CARGOS DO ART. 63, IV,**

**DA LEI N.º 14.133/2021**

(em papel timbrado da licitante)

Referência: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º \_\_\_\_/20\_\_.

(EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA, em atenção ao disposto no inciso IV do art. 63 da Lei n.º 14.133/2021, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

(Cidade), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)

**ANEXO IX**

**DECLARAÇÃO RELATIVA AO ART. 68, INCISO VI, DA LEI N.º 14.133/2021**

(em papel timbrado da licitante)

Referência: Pregão Eletrônico para Registro de Preços n.º \_\_\_\_/20\_\_.

(EMPRESA \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_), inscrita no CNPJ n.º \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_, portador (a) da Carteira de Identidade n.º \_\_\_\_ e do CPF n.º \_\_\_\_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto no inciso VI, do art. 68, da Lei Federal n° 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: ( ) Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

(Cidade), \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

(Nome, cargo e carimbo da empresa)